

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Presidência

*Relatório da Gestão
2001 - 2002*



Florianópolis, janeiro de 2002

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição

Presidente

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Anselmo Cerello

Juízes Efetivos

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Otávio Roberto Pamplona

Juiz Oswaldo José Pedreira Horn

Juiz Rui Francisco Barreiros Fortes

Juiz Rodrigo Roberto da Silva

Juízes Substitutos

Des. Genésio Nolli

Des. Jorge Mussi

Juiz Carlos Alberto da Costa Dias

Juíza Angela Regina da Cunha Leal

Juiz José Augusto Peregrino Ferreira

Juiz Victor José Sebem Ferreira

Juiz Hilton Cunha Júnior

Procuradora Regional Eleitoral

Dra. Ana Maria Guerrero Guimarães

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. Carlos Antonio Fernandes de Oliveira

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição da Secretaria

Direção-Geral

Samir Claudino Beber

Assessoria da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Márcia Mendonça Ruhland

Assessoria da Presidência

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Coordenadoria de Controle Interno

Denise Goulart Schlichmann Sobierajski

Secretaria Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadoria de Registro e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

Rodrigo Camargo Piva

Secretaria da Administração

Nelzyr Silva Müller

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Silvana Rudolfo

Coordenadoria de Comunicações

Norberto Ulysséa Ungaretti Júnior

Coordenadoria de Serviços Gerais

Rafael Alexandre Machado

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretaria de Recursos Humanos

Ana Lúcia Silva

Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social

Sérgio Luiz Lopes

Coordenadoria de Pessoal

Iraê Regina Vieira

Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Lúcia Meyer Kotzias

Secretaria de Informática

Carlos Rogério Camargo

Coordenadoria de Produção e Suporte

Walter Luiz Rausch

Coordenadoria de Eleições

Gonsalo André Agostini Ribeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PRESIDÊNCIA	11
DECISÕES DA PRESIDÊNCIA	11
MEMBROS DO TRIBUNAL	11
EXPEDIENTES DIVERSOS	12
PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA	12
SESSÕES REALIZADAS E JULGAMENTOS	12
RESOLUÇÕES NORMATIVAS	13
CAMPANHA NACIONAL DE INSCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS ELEITORES	14
AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2000 E PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES DE 2002	16
APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.....	18
ELEIÇÕES INFORMATIZADAS NÃO-OFICIAIS	18
PUBLICAÇÕES OFICIAIS	19
JURISPRUDÊNCIA INFORMATIZADA	20
RECURSOS FINANCEIROS	21
CONCURSO PÚBLICO	22
COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS DO BRASIL	22
REGISTROS EM ATA DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS	26
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	29
AGRADECIMENTOS	30
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	33
DIREÇÃO-GERAL	41
SECRETARIA JUDICIÁRIA	57
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	71
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	89
SECRETARIA DE INFORMÁTICA.....	103

APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhora Procuradora Regional Eleitoral, tendo em vista minha eleição para a Presidência do colendo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ocorrida no dia 5 de dezembro do ano transato, bem como a posse no mencionado cargo, marcada para o dia 1^a de fevereiro do corrente ano, apresentei a esta egrégia Corte, na forma do disposto no art. 3^a, § 2^a, do Regimento Interno desta Casa (Resolução TRESA n. 7.020/1997), pedido de dispensa da função eleitoral e de minha renúncia ao cargo de Presidente, a partir de 1^a de fevereiro de 2002, que foi aprovado à unanimidade pelo Tribunal, na sessão de 18 de dezembro de 2001 (Processo n. 164, Classe XIV).

Em vista disso, para dar cumprimento ao disposto no art. 28, XXXVI, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TRESA n. 7.020/1997), foi convocada sessão extraordinária para esta data, na qual passo às mãos dos meus eminentes pares o relatório dos trabalhos efetuados durante minha gestão, abrangendo o período de 26 de março a 10 de dezembro de 2001¹.

Em que pese não se terem realizado eleições durante o meu mandato na Presidência, o trabalho foi intenso e ininterrupto, sendo que as atividades desta Corte nesse período se voltaram, principalmente, para a avaliação das eleições de 2000 e para o planejamento do próximo pleito — já em fase bastante adiantada —, além da agilização da reforma da sede própria dos Cartórios Eleitorais da Capital, que tive a honra de inaugurar na segunda quinzena deste mês. Merece especial destaque o projeto denominado *Campanha Nacional de Inscrição e Qualificação de Jovens Eleitores*, de iniciativa desta Corte, que será melhor detalhado no corpo desta sinopse.

Integra o relatório, além das sínteses elaboradas por esta Presidência e pela Corregedoria Regional Eleitoral, o relato detalhado das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral e Secretarias Judiciária, de Administração, de Recursos Humanos e de Informática, bem como pelas Assessorias e pela Coordenadoria de Controle Interno.

¹ Sendo o período restante da gestão necessário à elaboração e à reprodução deste Relatório.

O conteúdo deste volume revela, não somente a dedicação, mas, sobretudo, a competência e o profissionalismo da equipe da Justiça Eleitoral catarinense — Juízes deste Tribunal; Juízes Eleitorais de primeiro grau; membros do Ministério Público; servidores, seja da Secretaria do Tribunal, seja das Zonas Eleitorais —, o que lhe tem rendido justos encômios em nível nacional.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Des. Amaral e Silva
Presidente

1 PRESIDÊNCIA

DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

Foram proferidas pela Presidência incontáveis decisões em processos administrativos das mais variadas matérias, tais como: aposentadorias; concessões de benefícios e vantagens a servidores; sindicâncias e processos administrativos disciplinares; prestações de contas dos vales-alimentação distribuídos aos Cartórios Eleitorais nas eleições de 1998 e 2000; termos de convênios diversos; designações de Auxiliares Eleitorais, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais, entre outras.

Convém salientar que todas as questões de natureza administrativa — à exceção das licitações —, após merecer análise jurídica da Assessoria da Direção-Geral e da Coordenadoria de Controle Interno, bem como da Assessoria da Presidência, são atribuições monocráticas da Presidência do Tribunal.

Constituíram-se, ainda, diversos grupos de trabalho, integrados por servidores, para estudar matérias de interesse da administração, a fim de rever alguns atos normativos internos e elaborar projetos de portarias e resoluções.

Foram subscritos, também, pela Presidência 11 despachos em juízo de admissibilidade de recursos especiais.

Além disso, foram prestadas informações em 3 mandados de segurança em que figuraram como autoridade coatora esta Presidência ou o Tribunal.

MEMBROS DO TRIBUNAL

Em 31 de maio de 2001, no Gabinete da Presidência, o Desembargador Jorge Mussi tomou posse como Juiz Substituto, na vaga decorrente da indicação do Desembargador Anselmo Cerello para o cargo de Juiz Efetivo, Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal.

Em sessão solene realizada em 6 de junho de 2001, o Doutor Ronaldo Moritz Martins da Silva foi empossado no cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito, em decorrência da vaga

deixada pelo Doutor Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, que se despedira desta Corte em 31 de maio, pelo término de seu biênio.

O Doutor Hilton Cunha Júnior tomou posse no cargo de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito, a 11 de julho de 2001, no Gabinete da Presidência, por ter o Doutor Ronaldo Moritz Martins da Silva assumido o cargo de Juiz Efetivo da mesma categoria.

EXPEDIENTES DIVERSOS

Foram protocolizados neste Tribunal 11.801 documentos, expedidos 3.232 ofícios, 55 ofícios-circulares, 237 portarias da Presidência, 10 portarias da Vice-Presidência e 368 portarias da Direção-Geral.

PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 237 portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque aquelas de caráter normativo que se entendeu serem necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência, quais sejam:

- Portaria P n. 121/2001, de 9 de abril de 2001 — Delegou ao Diretor-Geral da Secretaria do TRESA competência para a concessão de diárias e das licenças previstas nos arts. 81, I, IV e V, 202, 207, 208, 210 e 211 da Lei n. 8.112/1990;
- Portaria P n. 203/2001, de 19 de julho de 2001 — Determinou a aplicação das regras definidas no art. 11 da Resolução TRESA n. 7.038/1997, com a redação conferida pelo art. 1º da Resolução n. 7.249/2001, aos estágios em curso no âmbito do TRESA;
- Portaria P n. 286/2001, de 18 de setembro de 2001 — Regulamentou o Boletim Informativo do TRESA.

SESSÕES REALIZADAS E JULGAMENTOS

Foram realizadas no período 59 sessões, tendo sido autuados 153 processos e julgados em plenário 228, sendo 16 resoluções — 11 normativas — e 212 acórdãos.

A estatística evidencia que as atividades judicantes do Tribunal são ininterruptas, mesmo em anos não-eleitorais, o que reforça o fato inconteste de ser esta uma Justiça perene, e não sazonal, como defendem alguns, principalmente após o advento da Lei n. 9.504/1997.

Toda a movimentação processual está inserida no Relatório de Atividades da Direção-Geral, mais especificamente na parte relativa à Secretaria Judiciária, que integra o presente.

RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As resoluções normativas que este Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e regulamentar questões administrativas, no âmbito de sua competência, foram as seguintes:

- Resolução n. 7.249, de 5 de abril de 2001 — Alterou dispositivos da Resolução TRESA n. 7.038/1997, modificada pela Resolução TRESA n. 7.115/99, que instituiu, no âmbito do TRESA, o programa de estágio para estudantes regularmente matriculados;
- Resolução n. 7.250, de 16 de maio de 2001 — Dispôs sobre o procedimento a ser adotado, no âmbito da Secretaria do TRESA, para o desfazimento de materiais inservíveis;
- Resolução n. 7.251, de 17 de maio de 2001 — Disciplinou o uso do Sistema de Controle de Arrecadação de Multas Eleitorais na circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.252, de 24 de maio de 2001 — Regulamentou o pagamento de diárias no âmbito do TRESA;
- Resolução n. 7.256, de 16 de agosto de 2001 — Definiu critérios para a designação de Escrivães Eleitorais na circunscrição de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.257, de 21 de agosto de 2001 — Autorizou a realização de concurso público para provimento de cargos da Secretaria do TRESA;
- Resolução n. 7.259, de 12 de setembro de 2001 — Criou o Boletim Informativo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;

- Resolução n. 7.260, de 3 de outubro de 2001 — Autorizou a realização de concurso público para provimento de uma vaga do cargo efetivo de Técnico Judiciário — Área Administrativa, bem como de outras que venham a surgir até o término do seu prazo de validade;
- Resolução n. 7.261, de 17 de outubro de 2001 — Alterou o art. 1º da Resolução TRESA n. 7.257, de 21 de agosto de 2001;
- Resolução n. 7.262, de 24 de outubro de 2001 — Alterou dispositivos da Resolução TRESA n. 7.121, de 9 de junho de 1999, que normatiza a concessão de férias, no âmbito do Tribunal;
- Resolução n. 7.263, de 22 de novembro de 2001 — Regulamentou a licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, no âmbito do TRESA.

CAMPANHA NACIONAL DE INSCRIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE JOVENS ELEITORES

Gostaria, agora, de dar especial destaque ao projeto denominado *Campanha Nacional de Inscrição e Qualificação de Jovens Eleitores*, que, após anuência desta Corte, na sessão de 19 de abril do ano transato, à iniciativa da Presidência, passou a ser desenvolvido, em conjunto com Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo consultor da *Modus Faciendi* – Soluções em Desenvolvimento Social e Ação Educativa, a partir de 25 de maio de 2001, quando houve uma reunião inicial, no Gabinete da Presidência — da qual participaram graduados servidores desta Casa, representando as diversas unidades da Secretaria —, com o escopo de se estabelecerem as suas principais diretrizes.

A par disso, na XX Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizada em Brasília/DF, de 12 a 13 de junho, o mencionado pedagogo, que acompanhava o Presidente deste TRE, proferiu palestra acerca da idéia, apresentando proposta preliminar, que restou acolhida, para ser aperfeiçoada e encaminhada em nova oportunidade.

Em 28 de julho, então, ocorreu nova reunião com o citado Professor, no Gabinete da Presidência, visando dar continuidade ao projeto, cuja segunda versão preliminar foi

apresentada e aprovada na XXI Reunião do Colégio de Presidentes, levada a efeito de 3 a 4 de setembro de 2001, em Campo Grande/MS. Na ocasião, foi, ainda, composta comissão provisória pelos Presidentes dos TREs de Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul — até a composição do Grupo Gestor —, com vistas ao detalhamento do programa.

Em 18 de outubro, a Presidência, acompanhada do titular da Direção-Geral da Secretaria desta Corte e do Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, em audiência com o eminente Ministro Nelson Jobim, fez a entrega do projeto aprovado pelo Colégio — já com manifestações favoráveis da Assessoria Técnica e da Assessoria de Comunicação Social do colendo Tribunal Superior Eleitoral —, o qual restou endossado por aquela autoridade.

Foi, então, esta Presidência em busca do apoio do Instituto Ayrton Senna, em audiência — ocorrida na sede da mencionada Instituição, em São Paulo — com a Sra. Viviane Senna, que se mostrou receptiva à idéia.

A apresentação formal da Campanha — seus tempos e movimentos de circulação/veiculação do material publicitário — ocorre conforme cronograma pré-estabelecido, em meados de janeiro, e a sua deflagração, de forma institucional, está prevista para o início do mês de fevereiro.

A partir daí estão agendadas: em âmbito nacional, a formação de cadeia nacional de rádio e televisão para pronunciamento do Presidente do colendo Tribunal Superior Eleitoral; em âmbito estadual, formação de cadeia estadual de rádio e televisão, para pronunciamento dos Presidentes dos TREs; em âmbito municipal, reuniões com Juízes e Promotores Eleitorais, para a apresentação do material produzido e orientação quanto às estratégias da Campanha, dentre elas: estabelecer o cronograma das reuniões com órgãos diretivos escolares (públicos e privados) já a partir do início do ano letivo, apresentar a logística da distribuição dos materiais e estudar, em cada Zona Eleitoral, a melhor forma de buscar o envolvimento da comunidade.

Concluída essa primeira fase da Campanha, denominada “inscrição”, cujo término coincidirá com o encerramento do prazo

para a inscrição de eleitores, em 8 de maio de 2002, será realizada a sua avaliação a partir de dados estatísticos fornecidos por todos os Tribunais, para, na seqüência, dar-se início à segunda fase da campanha, intitulada “qualificação”, que será levada a cabo utilizando-se as mesmas estratégias, acrescidas da divulgação — pelo rádio, televisão, imprensa escrita e Internet — de uma série de mensagens educativas, no período pré-eleitoral.

Não é demasiado ressaltar que o Grupo Gestor está buscando a participação de diversas instituições, como aliados estratégicos da Justiça Eleitoral na elaboração e divulgação da Campanha, que prestarão sua contribuição voluntária, tais como: Conselho Nacional de Propaganda (CNP), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Associação Nacional de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Associação Nacional de Editores de Jornais (ANEJ), Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

Tal iniciativa, registre-se, é inédita nos moldes propostos. Tem por objetivo geral o envolvimento participativo dos jovens entre 16 e 18 anos, eleitores facultativos, na vida política da Nação — mediante a ampliação, capacitação e mobilização desse contingente para o exercício do voto livre e consciente — e por marco pedagógico-conceitual o Protagonismo Juvenil, proposta de educação para a cidadania, desenvolvida pelo mencionado pedagogo, que vem alcançando excelentes resultados em todas as áreas em que é aplicada.

Consigna-se, por fim, que o projeto contou, desde o seu nascimento, com o importante apoio do eminente Corregedor, Desembargador Anselmo Cerello, que é profundamente sensível às questões sociais, notadamente àquelas atinentes à cidadania e à lisura do pleito.

AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2000 E PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES DE 2002

O Desembargador Alberto Costa, então Presidente desta Corte Eleitoral, dando termo aos trabalhos eleitorais — e já visando à organização e ao planejamento das eleições de 2002 —, conclamou os Juízes Eleitorais e as Secretarias do Tribunal a fazer uma avaliação crítica das eleições 2000.

Para tanto, foram designadas por aquela Presidência, por meio da Portaria P n. 683/2000 (fls. 17-18), equipes de trabalho, compostas por servidores da Secretaria, para procederem à elaboração de questionários, que abordavam todos os pontos julgados relevantes no processo eleitoral — aspectos jurisdicionais e operacionais — e que foram publicados e disponibilizados aos Juízes Eleitorais para preenchimento, via KIT CARTÓRIO/INTRANET/TRESC.

Tabulados os dados estatísticos, procedida à sua análise qualitativa e publicado o estudo preliminar — que foi utilizado como subsídio para o planejamento do próximo pleito, já em fase bastante adiantada em outro procedimento administrativo —, a equipe deu início a uma série de reuniões entre os Grupos Temáticos, que apresentaram relatórios preliminares.

Realizou-se, ainda, um seminário interno aberto a todos os servidores, cujo objetivo foi dar conhecimento dos relatórios apresentados pelos Grupos Temáticos e debatê-los.

Feitas as devidas adequações a partir da avaliação realizada no evento, foi apresentado o relatório final.

Mister consignar, por oportuno, a excelência do trabalho desenvolvido pelos Grupos Temáticos e pela Coordenação-Geral, o que só foi possível, certamente, com muita dedicação dos servidores deles integrantes, os quais deram, todos, a sua parcela de contribuição para o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral em Santa Catarina.

Esse trabalho coroou as atividades preparatórias das eleições de 2000, com especial enfoque para o grande passo que se deu na busca de eficiência e eficácia da máquina burocrática — inserindo-se a Justiça Eleitoral catarinense na nova ótica do Direito Administrativo, em que se perseguem, principalmente, bons resultados, sem olvidar os seus princípios básicos — com a implementação do Planejamento Estratégico — Eleições 2000, deflagrado na gestão de meu ilustre antecessor, Desembargador Alberto Costa.

Pelo que se extrai do relatório de avaliação, o mencionado planejamento não foi totalmente livre de equívocos, mas o Tribunal cumpriu com êxito seu mister de realizar eleições ainda mais organizadas, transparentes e céleres, dentro dessa nova visão do serviço público, tendo as incorreções sido

avaliadas e os procedimentos redimensionados, a fim de serem corrigidos no planejamento estratégico das eleições 2002.

APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Visando à habilitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento dos servidores, Juízes-Membros do Tribunal, Juízes Eleitorais, Escrivães e Chefes de Cartório, a fim de poderem bem exercer o seu mister, foram oferecidos cursos e treinamentos e possibilitada a participação em eventos, nas mais diversas áreas de atuação, a saber: a) 14 cursos/treinamentos internos, organizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos e ministrados por instrutores da Casa ou por terceiros contratados, com a participação de 207 servidores; b) 34 cursos/eventos externos, organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para tal fim, que contaram com a participação de 65 servidores, e c) 37 cursos/treinamentos/reuniões de trabalho promovidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, dos quais participaram 76 servidores do TRESA.

ELEIÇÕES INFORMATIZADAS NÃO-OFICIAIS

Dando continuidade ao programa de difusão e popularização das urnas eletrônicas, este TRE, por intermédio da Coordenadoria de Eleições e dos respectivos Juízes Eleitorais, deu suporte técnico e de pessoal a inúmeras eleições informatizadas de entidades públicas e privadas, dentre as quais se destacam, em razão da relevância e do universo de votantes, as seguintes:

- Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte — Cerbranorte, envolvendo 8.207 eleitores e 12 urnas eletrônicas;
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social — ELOS, envolvendo 4.476 eleitores, em 15 seções eletrônicas;
- Fundação Educacional de Criciúma (Reitor/Presidente) — envolvendo 6.997 eleitores, em 30 seções eletrônicas;
- Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul — concorrendo 107 candidatos, com 2.644 eleitores inscritos, organizados em 13 seções eleitorais informatizadas;

- Partido dos Trabalhadores — eleição nacional, coordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral, realizada em 8 municípios deste Estado, envolvendo 9.201 filiados ao partido, organizados em 17 seções eleitorais informatizadas;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, que envolveu 16.559 eleitores, em 26 municípios, sendo utilizadas 31 urnas eletrônicas;
- Consulta popular realizada pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, com vistas a deliberar acerca do alargamento da faixa de praia, com 50.000 eleitores inscritos, distribuídos em 16 locais de votação e 51 seções eleitorais informatizadas.

Convém frisar que o ônus decorrente das atividades necessárias à realização das mencionadas eleições é exclusivamente dos requerentes, cujos repasses de verbas são feitos mediante termos de convênio firmados com as entidades interessadas. O Tribunal oferece apenas apoio logístico e recursos humanos.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Foi concluída a publicação da edição histórica da RESENHA ELEITORAL — *Nova Série*: Eleições Catarinenses 1945-1998, lançada neste mês, fruto de um minucioso trabalho de pesquisa que teve início em 1997 e foi realizado pelas servidoras Maria Beatriz Fleming e Vanessa de Souza Machado, lotadas no Arquivo do Tribunal.

Trata-se de uma compilação de dados referentes a todos os pleitos realizados no território catarinense no período em tela, onde constam – além do histórico da criação e da evolução do processo eleitoral e da Justiça Eleitoral no Brasil e em Santa Catarina – muitas outras informações, tais como: a) instalação do TRESA; b) galeria dos Presidentes desta Corte; c) evolução dos títulos e cédulas eleitorais; d) relação dos partidos políticos que concorreram a eleições presidenciais, federais e estaduais em Santa Catarina; e) relação dos Presidentes da República eleitos (inclusive indiretamente); f) quadro evolutivo do número de Zonas Eleitorais, Seções e Municípios catarinenses; g) mapa da divisão eleitoral do Estado em 1950 e em 2000; h) número de eleitores, por município catarinense, em momentos distintos;

e, i) resultado das eleições federais e estaduais em Santa Catarina. A revista é ilustrada por documentos históricos e fotografias de candidatos e autoridades.

Tal publicação tem por objetivo precípua o resgate e a preservação da memória da Justiça Eleitoral do Estado.

Foi confeccionada, ainda, uma edição especial da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série* com os dados referentes às eleições 2000 (prefeito, vice-prefeito e vereador), por município catarinense, incluindo, além da votação dos candidatos, o número de eleitores (votantes e abstenções); o número de seções; votos nominais, para a legenda, brancos e nulos, e o quociente eleitoral.

Foram elaborados — por comissão especialmente designada, sob a supervisão da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária — os fascículos de n. 2, do volume 7, e n. 1, do volume 8, da RESENHA ELEITORAL — *Nova Série*, e do volume 5 do ementário de Jurisprudência do TRESA, que foram remetidos, como de costume, aos Juízes e Promotores Eleitorais do Estado, bem como a autoridades e a diversos órgãos de todo o País.

Não é demasiado lembrar que a ótima qualidade técnica desses periódicos, tanto na forma quanto no conteúdo, elevou-os à condição de ícones entre as fontes de pesquisa de que se valem os operadores do Direito Eleitoral brasileiro, o que é motivo de grande satisfação para a Corte catarinense.

JURISPRUDÊNCIA INFORMATIZADA

A Corte adotou, durante esta gestão, a nova versão do SJUR produzida pelo TSE, a qual, além de apresentar total compatibilidade com o SADP, possibilitou o aprimoramento e a agilização dos trabalhos de indexação e recuperação da jurisprudência.

Houve, ainda, incremento na base de dados do mencionado sistema de jurisprudência, sendo que foram acrescentados, no período, após criteriosa análise e indexação, 255 acórdãos e 19 resoluções, totalizando 9.414 registros atualmente disponíveis na rede interna do Tribunal e na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral, permitindo, assim, a

divulgação *on-line* da jurisprudência eleitoral catarinense em todo o Território Nacional.

Procedeu-se — por iniciativa da Secretaria Judiciária, acolhida pela Presidência, sob a supervisão da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação e contando com recursos humanos cedidos por outras Secretarias — à digitalização do inteiro teor de 12.194 acórdãos, relativos ao período de 1963 a 2001; 1.462 resoluções, relativas ao período de 1964 a 2001, totalizando 13.656 documentos e 68.280 páginas digitalizadas, que estão sendo paulatinamente inseridas no *site* deste Tribunal na Intranet e na Internet.

Importante ressaltar que todo o projeto está sendo executado exclusivamente com recursos humanos e equipamentos existentes na Casa, sem a necessidade de contratação de empresas especializadas, o que representa sensível economia para o Erário.

RECURSOS FINANCEIROS

Gerenciados pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração, os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União no exercício de 2001 (até 10 de dezembro), bem como suas suplementações, constituíram o montante de R\$ 42.989.481,28 (quarenta e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos). Por conta desses créditos foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 36.790.355,33 (trinta e seis milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Foram também recebidas durante o exercício de 2001 (até 10 de dezembro) provisões no valor total de R\$ 1.148.559,08 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oito centavos).

Ressalta-se que todo o detalhamento técnico-contábil está no relatório da Coordenadoria de Orçamento e Finanças da Secretaria deste Tribunal, que integra o presente.

Procedeu-se, ainda, à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2002.

CONCURSO PÚBLICO

Por determinação desta Presidência, a Secretaria de Recursos Humanos/Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos elaborou percuciente estudo visando estabelecer a quantidade de cargos de provimento efetivo atualmente vagos, de forma a possibilitar a realização de concurso público para o seu preenchimento, considerando-se a acentuada e progressiva carência de recursos humanos nesta Corte.

O exaustivo levantamento histórico — considerando a evolução dos cargos a partir daqueles criados pela Lei n. 486/1948 — efetuado nos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 140/2001, e os estudos laborados nos autos do Procedimento Administrativo SRH n. 211/2001 culminaram na autorização para a sua realização, para o provimento de 12 cargos efetivos do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal (Resoluções TRESA n. 7.257, de 21 de agosto de 2001; Resolução TRESA n. 7.260, de 3 de outubro de 2001 e Resolução TRESA n. 7.261, de 17 de outubro de 2001).

A partir daí, todas as atividades a ele relativas foram delegadas à Direção-Geral, que, por intermédio da titular da Secretaria de Recursos Humanos, tomou as providências necessárias à sua efetivação. Dentre outras, destacam-se as tratativas com a entidade com a qual foi formalizado convênio para sua organização e realização, bem como a elaboração, em parceria com a Assessoria da Presidência, da minuta do respectivo edital, que foi aprovado pela Presidência, deflagrando-se, assim o certame, cujas provas objetivas ocorrerão na segunda quinzena de fevereiro próximo vindouro.

COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS DO BRASIL

Realizaram-se, durante esta gestão, três reuniões do Colégio de Presidentes para deliberar acerca de aspectos atinentes ao processo eleitoral e assuntos administrativos diversos de interesse institucional da Justiça Eleitoral, às quais compareceu a Presidência desta Corte, acompanhada do titular da Direção-Geral, a saber:

Em Brasília/DF, de 12 a 13 de junho, foi realizado o XX Encontro, com a presença dos Ministros Nelson Jobim, Sepúlveda Pertence e Fernando Neves, respectivamente Presidente, Vice-Presidente e Membro do colendo Tribunal Superior Eleitoral. O Ministro Nelson Jobim falou sobre a credibilidade da urna eletrônica e colheu sugestões de temas a serem levados por ele em reunião da Comissão de Reforma da Câmara dos Deputados. Foram discutidas, entre outras, as seguintes matérias: reiteração da proposta de criação do quadro da Justiça Eleitoral de primeiro grau; reavaliação de todas as propostas encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral; efetivação do pagamento dos 11,98% concedidos aos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais; sugestão ao Tribunal Superior Eleitoral de revisão na Resolução n. 20.753, com relação à devolução de servidores requisitados à disposição da Justiça Eleitoral há mais de um ano; gratificação *pro labore* dos promotores eleitorais; pagamento de auxílio-alimentação aos servidores requisitados (projeto de lei); proposta de alteração do número de servidores requisitados (projeto de lei); Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário; alteração do art. 26 da Resolução TSE n. 20.132/1998, que trata do acesso às informações constantes do cadastro eleitoral; extensão da gratificação de presença de que trata a Lei 8.350/1991 a todos os membros dos TREs, nos casos em que esses não possam comparecer às sessões jurisdicionais e administrativas, por estarem em missão oficial, representando o tribunal ou realizando atividade de seu interesse e em seu nome; solicitação pelos TREs de apoio irrestrito das respectivas bancadas de Deputados e Senadores, à proposta de emenda ao PLDO/2002 de autoria do Senador Sebastião Rocha, relativa à inclusão, na LDO de 2002, da equiparação remuneratória das chefias de todos os Cartórios Eleitorais do Brasil; solicitação ao TSE de encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, objetivando, em face da proposta acima, a transformação das funções comissionadas de FC-7 para FC-8, bem como a criação dos novos cargos de chefia para as Zonas Eleitorais já desmembradas. Durante o encontro foram proferidas várias palestras: "Reforma do Judiciário", pelo Des. Antônio Carlos Viana, Presidente da AMB; "Aspectos da reforma política", pelo Senador Ramez Tebet; "Campanha de qualificação e inscrição de eleitores facultativos", pelo professor Antônio Carlos Gomes da Costa; "Tecnologia WAP em celulares", pela Telebrasil Celulares; "Segurança da urna eletrônica e perspectivas para as eleições 2002", pelo Secretário de Informática do TSE, Paulo César Camarão; "Lei de

Responsabilidade Fiscal aplicada à Justiça Eleitoral”, pelo coordenador de orçamento e finanças do TREMS, Júlio Marcelo da Silva Matias, e “A nova realidade do Judiciário – INFOJUS”, pelo Des. Gudesteu Sampaio, do TJMG.

Em Campo Grande/MS, de 3 a 4 de setembro, ocorreu o XXI Encontro, ao qual também compareceu o Ministro Nelson Jobim, Presidente do colendo Tribunal Superior Eleitoral. Foram discutidos, entre outros, os seguintes temas: exegese conferida ao art. 41-A da Lei n. 9.504/1997 pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior; armazenamento e manutenção das urnas eletrônicas; proposta de seguro das urnas; proposta de inclusão — na regulamentação das eleições 2002 pelo Tribunal Superior — de autorização para a retirada dos *flash-cards* das urnas eletrônicas após a proclamação dos eleitos; pagamento do auxílio-alimentação aos servidores (municipais e estaduais) requisitados para as Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, sem função comissionada; pagamento da URV (11,98%), incluindo os atrasados, mediante a solicitação ao TSE de elaboração de tabela com a relação de todos os TREs e do TSE; progressão horizontal (extraordinária) dos servidores dos TREs; descentralização total e absoluta de verbas para a divulgação das próximas eleições; apresentação, pelo Des. Arivaldo da Silva Chaves, Presidente do TREGO, de maquete eletrônica do projeto de construção de cartórios eleitorais daquele Estado, aproveitável por outros regionais, com distribuição do CD-ROM contendo o seu detalhamento; apresentação do trabalho “Título *on-line*”, pelo Des. Jurandir Florêncio de Castilho do TREMT; proposta ao TSE de inclusão de dispositivo na Resolução pertinente, acerca da instalação de, no mínimo, um posto exclusivo para o recebimento de justificativa eleitoral com urna eletrônica, em cada local de votação existente nas Capitais de Estados e nas cidades com mais de duzentos mil eleitores; sugestão ao TSE da inclusão de dispositivo na Resolução pertinente disciplinando a instalação de Centrais de Divulgação de Resultados, dotadas de telões com atualização de informações, no máximo, de quinze em quinze minutos, nos locais escolhidos pelos Regionais para a totalização dos votos, ou em locais próximos da Central de Totalização, para facilitar o acompanhamento dos resultados pelos partidos políticos e pelos veículos de imprensa; sugestão ao TSE da inclusão, na Resolução que trata de propaganda eleitoral, de dispositivo disciplinando a obrigatoriedade de os partidos informarem, durante o período de propaganda eleitoral

gratuita, diariamente, a correta seqüência de votação dos candidatos; apresentação do projeto desenvolvido pelo TRESC, em conjunto com o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, da Modus Faciendi – Soluções em Desenvolvimento Social e Ação Educativa, intitulado “Campanha nacional de inscrição e qualificação de jovens eleitores”, cuja proposta foi aprovada, tendo sido composta a Comissão Provisória, como grupo de trabalho, pelos Presidentes dos TREs de SC, MA, MS e RS – até a composição do Grupo Gestor –, para o detalhamento do programa; divulgação dos projetos criados pelas empresas de publicidade que participaram do processo seletivo para veiculação da campanha “Meu voto, meu futuro”; apresentação da palestra intitulada “O controle na Administração e seus reflexos na Justiça Eleitoral”, proferida por André Luiz Monteiro, Coordenador de Controle Interno do TREMS; necessidade de atualização da Lei n. 6.091, que dispõe sobre o transporte e a alimentação de eleitores em dia de eleição; considerações acerca do estudo propondo a modificação da Lei 6.999 e da Resolução TSE n 20.753; revisão dos critérios de divisão de verbas para campanha de divulgação das eleições, em ano eleitoral, bem como das atividades institucionais de cada TRE em ano não-eleitoral.

Em João Pessoa/PB, de 15 a 17 de novembro, foi realizado o XXII Encontro, com a presença do Ministro Fernando Neves, representou o Presidente do TSE e que falou sobre os projetos de resoluções e assuntos gerais referentes às eleições; o voto impresso; os recursos contra diplomação; apresentação de minutas de resoluções do TSE referentes às eleições vindouras (propaganda eleitoral; reclamações e representações de que cuida o art. 96 da Lei n. 9.504/1997; direito de resposta previsto no art. 58 da mesma Lei; arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais e prestação de contas nas eleições de 2002; fixação do número de Membros da Câmara dos Deputados e das Assembléias e Câmaras Legislativas, e, finalmente, pesquisas eleitorais), com a solicitação do encaminhamento de sugestões pelos Regionais. Discussão, entre outros, dos seguintes temas: criação das Coordenadorias de Cerimonial e Assessorias de Imprensa; extensão aos TREs nas eleições estaduais e municipais, da prerrogativa contida no art. 93 da Lei n. 9.504/1997, que é deferida apenas ao TSE; implantação do sistema informatizado de recursos humanos; redimensionamento do tempo de votação, considerando o voto impresso e os possíveis defeitos da urna eletrônica; palestra

do jurista Joel José Cândido sobre a designação dos juizes substitutos dos TREs e as dificuldades para o exercício da cidadania; apresentação do sistema Histórico de Eleições (HISTELEI). O Diretor-Geral do TSE transmitiu, finalmente, informações a respeito de questões administrativas financeiras de interesse dos TREs. Foi assinada, na oportunidade, a *Carta de João Pessoa*.

REGISTROS EM ATA DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

Em 4 de abril de 2001, passavam-se às mãos dos integrantes do Pleno exemplares das publicações da Casa: RESENHA ELEITORAL — *Nova Série* (v. 7, n. 2, jul./dez. 2000), *JTRES* Impresso (v. 5, fascículos n. 9, n. 10 e n. 11, respectivamente relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2000) e *Ementário de Jurisprudência* (v. 5).

A 5 de abril, o Pleno homologava, à unanimidade, o despacho da Presidência que deferiu pedido de fornecimento de endereço de eleitor formulado pelo Juiz da 2ª Vara de Família — 1ª Juizado da Comarca de Caxias do Sul, oportunidade em que a Presidência comunicou à Corte que nomeara de grupo de trabalho para elaborar proposta — que seria apresentada ao Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e ao próprio Tribunal Superior Eleitoral — de alteração da Resolução TSE n. 20.132.

Em 25 de abril, o Tribunal homologava, à unanimidade, o despacho da Presidência que — conforme o Processo SRH/CP n. 28/2000 — acolheu os pareceres técnicos pelo reconhecimento da vigência da Resolução STF n. 195/2000, a partir de 27 de fevereiro de 2000, tomando-se como paradigma os percentuais fixados no art. 1º da Lei n. 9.655/1998 e aplicando-se, ainda, a Tabela da Divisão de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com relação às gratificações previstas na Lei n. 8.350/1991, bem como à gratificação de representação da Presidência, estabelecida no art. 3º do Decreto-Lei n. 1.676, de 19 de fevereiro de 1979, condicionada a efetivação do pagamento à disponibilidade orçamentária.

A 16 de maio, a Presidência convidava os Juizes e a Procuradora Regional Eleitoral para o lançamento oficial, no dia seguinte, no auditório da Casa, com apresentação ao público interno, da nova página eletrônica da Intranet do TRES, que,

reformulada, passaria a ser o principal meio de publicação de documentos da Corte.

Em 27 de junho, apresentava breve relato a respeito da participação da comunidade e do transcurso da eleição dos vereadores mirins, ocorrida em São Francisco do Sul, registrando o amplo sucesso do evento.

A 28 de junho, a Presidência, enaltecendo o trabalho exemplar e o empenho dos servidores da Justiça Eleitoral do Estado, os quais anonimamente contribuem para o prestígio de que esta goza em âmbito nacional, informava aos Juízes e à Procuradora Regional Eleitoral que — pelo alto espírito público dos servidores envolvidos e pela importância institucional da participação do TRESA no III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, realizado de 20 a 22.6.2001 em Bento Gonçalves/RS — editara as Portarias P n. 176, 177, 178 e 179/2001, datadas de 27.6.2001, elogiando o sucesso obtido pelos servidores Renato de Ávila Pacheco, Marcelo Macedo Lopes, Augusto César Campos e Emerson Cargnin com a apresentação, naquele evento, dos projetos de sua autoria, a saber, respectivamente: Agregador de Seções Eleitorais (1ª colocado), Gerenciamento de Ambiente *Windows NT* Baseado em *Scripts* (3ª colocado), Monitoramento de Rede: a experiência do TRESA e Sistema de Consulta ao Cadastro Eleitoral — CADWEB; bem como a Portaria P n. 175/2001 elogiando o Secretário de Informática, Carlos Rogério Camargo, pelo êxito alcançado por aquela Secretaria com a apresentação dos referidos trabalhos.

Em 20 de agosto, a Presidência comunicava aos integrantes do Pleno que — em virtude de sua participação, a convite do Instituto de la Judicatura Federal e do UNICEF, no *Primeiro Curso de Especialização sobre os Direitos da Infância*, promovido pela Suprema Corte de Justiça do México, no qual atuaria como palestrante na conferência inaugural, juntamente com a Ministra Olga Sánchez Cordero, daquela Corte —, deveria ausentar-se das sessões realizadas no período de 23 a 27 de agosto

A 20 de setembro — explicando tratar-se de uma página de serviço voltada para o público externo, uma vez que a Justiça Eleitoral anteriormente já dispunha da Intranet —, a Presidência anunciava o lançamento da *home-page* do Tribunal na Internet, adequada à realidade atual, de comunicação rápida e de serviços. Na oportunidade, ressaltando a importância da

realização, a Presidência registrou o elogio do Tribunal aos servidores da Casa que dedicadamente realizaram o trabalho — que considerou excelente —, em especial ao Secretário de Informática, Carlos Rogério Camargo, e aos servidores Augusto Gil Chaves Boal, da Secretaria de Informática; Edmundo César Nunes, da Secretaria de Recursos Humanos; Edson Ricardo Régis, da Secretaria Judiciária; José Luís Sobierajski Júnior, da Secretaria de Administração, e Paulo Fernando Lenzi, pela Corregedoria Regional Eleitoral, assim como a toda a equipe técnica que atuou na elaboração da referida página. A Presidência, após destacar a relevante colaboração da servidora Clycie Damo Bertoli, que fez a revisão dos textos, convidou os Senhores Juízes e o Procurador Regional Eleitoral Substituto a tomar lugar no Plenário junto aos convidados e suspendeu a sessão para que fosse feita a apresentação do trabalho.

Na mesma data, fez distribuir aos integrantes do Pleno o fascículo n. 1, jan.-jun. 2001, do v. 8, da RESENHA ELEITORAL — *Nova Série*, oportunidade em que se frisou que também esse lançamento se devia à dedicação dos servidores, em mais uma demonstração de eficiência.

Em 7 de novembro, a Presidência comunicava à Corte que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, chegaria à cidade no dia seguinte para participar, no dia 9, da abertura do Seminário ICP-JUD (Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Judiciário), no auditório da Justiça Federal, sob o patrocínio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho, deste Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Na oportunidade, convidou os Juízes, a Procuradora Regional Eleitoral e os servidores da Casa para participar do evento, que abordaria questões relevantes ligadas à informática.

A 20 de novembro, o ilustre Corregedor Regional Eleitoral comunicava ao Pleno que — já tendo sido alcançado o número de 7.045 (sete mil e quarenta e cinco) títulos entregues, ou seja 10% do total dos títulos retidos — daria prosseguimento à campanha, encetada em 102 Zonas Eleitorais de 209 municípios, para a entrega dos títulos retidos.

Em 21 de novembro, a Presidência propunha aos integrantes da Corte que — em homenagem a um grande Juiz que muito se dedicou à Justiça Comum e à Eleitoral — o futuro prédio dos Cartórios Eleitorais da 12ª, da 13ª e da 100ª Zona

Eleitoral fosse denominado Desembargador Wilson Eder Graf, proposição que foi aprovada, à unanimidade.

A 10 de dezembro, registrava-se que fora este Presidente eleito para a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com a posse marcada para 1º de fevereiro de 2002.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O Presidente do Tribunal compareceu:

- de 29 a 30 de março, à II Reunião do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral, acompanhando o Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Anselmo Cerello, em Fortaleza/CE;
- em 19 de abril, à solenidade alusiva ao “Dia do Exército”, no 63ª Batalhão de Infantaria, em Florianópolis;
- em 1ª de junho, à solenidade de posse dos Desembargadores Clarindo Favretto e Marco Antônio Barbosa Leal, na Presidência e Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, respectivamente, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS;
- em 11 de junho, à solenidade de posse dos Ministros Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence, respectivamente na Presidência e Vice-Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF;
- em 21 de junho, à reunião com os partidos políticos de Santa Catarina, em Florianópolis;
- em 22 de junho, à solenidade de outorga do título de cidadão honorário ao Doutor Antônio Carlos Konder Reis, na Câmara de Vereadores de Joinville;
- em 26 de junho, à eleição estudantil do programa “Vereador Mirim”, em São Francisco do Sul/SC;
- em 31 de julho, à solenidade de posse dos vereadores mirins, em São Francisco do Sul;

- em 1^a de agosto, à reunião de instalação do grupo de trabalho: Planejamento das Eleições 2002, no TRESA, em Florianópolis;
- em 17 de agosto, à Reunião de Avaliação e Planejamento das Eleições 2000/2002, no Auditório do CTAI, em Florianópolis;
- em 27 de setembro, à reunião com os Juízes Eleitorais envolvidos nas Centrais de Atendimento ao Eleitor, em Florianópolis;
- em 9 de novembro, ao Seminário ICP-JUD – Instituição de Chaves Públicas organizado pelo TECNOJUSC, que contou com a presença do Ministro Nelson Jobim, no auditório da Justiça Federal, em Florianópolis;
- em 20 de novembro, à reunião com os partidos políticos de Santa Catarina, sobre o Sistema de Controle de Partidos Políticos, em Florianópolis;
- em 28 de novembro, à audiência com a Sra. Viviane Senna, do Instituto Ayrton Senna, para tratar sobre a “Campanha de qualificação de jovens eleitores”, em São Paulo/SP.

O Tribunal foi representado por seu eminente Vice-Presidente, Desembargador Anselmo Cerello, em diversas solenidades civis e militares; e, em muitas outras, pelos demais Juízes integrantes do Pleno.

AGRADECIMENTOS

Aos meus eminentes pares — Desembargador Anselmo Cerello, Juízes Otávio Roberto Pamplona, Oswaldo José Pedreira Horn, Rui Francisco Barreiros Fortes, Rodrigo Roberto da Silva e Ronaldo Moritz Martins da Silva, bem como aos Juízes Substitutos que atuaram no Colegiado, Desembargadores Genésio Nollí e Jorge Mussi, Juízes Carlos Alberto da Costa Dias, Angela Regina da Cunha Leal, José Augusto Peregrino Ferreira e Hilton Cunha Júnior — agradeço, sinceramente, pela valiosa contribuição que têm prestado à Justiça Eleitoral.

Não menos importante foi presença marcante do Ministério Público Eleitoral, seja na pessoa da Doutora Ana Maria Guerrero Guimarães, Procuradora Regional Eleitoral, seja na

pessoa do Doutor Carlos Antonio Fernandes de Oliveira,
Procurador Regional Eleitoral Substituto.

Aos operosos Juízes Eleitorais de todo o Estado,
Promotores Eleitorais, Escrivães, Chefes de Cartório e demais
servidores requisitados para prestar serviço à Justiça Eleitoral,
meus agradecimentos à inestimável colaboração.

Aos laboriosos e competentes servidores da Secretaria
do Tribunal — aqui representados pelo seu Diretor-Geral Doutor
Samir Claudino Beber — dirijo também o meu muito obrigado
pela extrema dedicação ao trabalho, o que facilitou
sobremaneira a honrada missão de presidir esta casa.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Des. Amaral e Silva
Presidente

2 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Inicialmente é necessário ressaltar que, até a data de 26 de março transato, os trabalhos correccionais foram conduzidos pelo eminente Desembargador Antônio Fernando do Amaral de Silva, alçado naquela data ao cargo de Presidente deste Sodalício.

No que tange às atividades desenvolvidas, o ano de 2001 mostrou-se pleno êxito na medida em que foi possível o deslocamento a várias Zonas Eleitorais do Estado para realização de correições.

A definição das Zonas a serem visitadas teve como critério inicial a existência de requerimento de revisão do eleitorado de algum dos municípios componentes, com base em alegação de irregularidade ou fraude no alistamento, ou, ainda, em face de reclamação autuada nesta Corregedoria relativa a conduta ou práticas cartorárias irregulares.

2.1 DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA CORREGEDORIA

Autuados no ano de 2001: 30;

Julgados: 21.

Para melhor análise, destacam-se 19 pedidos de correição ou revisão de eleitorado, 5 comunicações de irregularidades, 2 pluralidades de inscrições, 2 processos administrativo-disciplinares; 1 sindicância e 1 consulta.

A edição da Resolução TRESA n. 7.245, de 15 de dezembro de 2001, possibilitou a instalação de Postos de Atendimento a Eleitores em municípios que não sediassem Zonas Eleitorais.

Foram recebidos e autuados 31 pedidos de instalação relativos a 50 municípios. Após a devida instrução, inclusive com a participação da Procuradoria Regional Eleitoral, deferiu-se a instalação de vinte unidades. Estão tramitando sete procedimentos relativos a onze municípios.

Ressalte-se que a maior dificuldade na instalação das referidas unidades, se dá no que tange à inexistência de vagas

para requisição de servidores, em face da limitação imposta pela Lei n. 6.999/1982. Urge que os critérios estabelecidos sejam revistos com o objetivo de melhorar o atendimento aos eleitores, mormente quando inviabilizada a criação de novas Zonas Eleitorais em municípios de pequenas dimensões.

2.2 ENCONTROS DO COLÉGIO DE CORREGEDORES

A Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina fez-se presente por seus titulares e da assessoria, nas duas reuniões realizadas pelo Colégio de Corregedores.

Quando foram apresentados os temas: Domicílio Eleitoral; Reformulação da Legislação Eleitoral para as Eleições 2002; Sistema de Justificativas Eleitorais e Críticas Lançadas ao Voto Eletrônico.

2.3 TREINAMENTO DE SERVIDORES

No ano de 2001, possibilitou-se aos servidores da Corregedoria Regional Eleitoral a participação em cursos para aquisição de conhecimentos necessários a incrementar as atividades da Secretaria, conforme descrito a seguir.

- Renata Beatriz de Fávère - Curso Prático de Processo Disciplinar;
- Josué de Souza Boppré - Editoração na WEB (básico e avançado) e Curso de Desenvolvimento Interpessoal;
- Marcelo Mendes Pereira - Editoração na WEB;
- Anete Mara Innocente - Curso de *Power Point* e Curso de Português *on-line*.

2.4 CORREIÇÕES

Este exercício mostrou-se extremamente profícuo na realização de correições nos Cartórios Eleitorais do Estado. A profusão de pedidos de revisão de eleitorado ensejou contínuas inspeções nas Zonas Eleitorais envolvidas, a fim de comprovar *in loco* a regularidade dos trabalhos executados e a inexistência de procedimentos fraudulentos.

Procedeu-se a correções nas Zonas abaixo relacionadas:

N .	S e d e	M u n i c í p i o
1 ^a	ARARANGUÁ	Balneário Arroio do Silva
4 ^a	BOM RETIRO	Bom Retiro
11 ^a	CURITIBANOS	Ponte Alta
15 ^a	INDAIAL	Apiúna
34 ^a	URUSSANGA	Cocal do Sul e Morro da Fumaça
47 ^a	TANGARÁ	Ibiam
48 ^a	XAXIM	Marema
52 ^a	ANITA GARIBALDI	Anita Garibaldi e Cerro Negro
63 ^a	PONTE SERRADA	Vargeão
65 ^a	ITAPIRANGA	São João do Oeste
92 ^a	CRICIÚMA	Treviso
93 ^a	LAGES	Bocaina do sul, Painel e Palmeira
104 ^a	LAGES	Capão Alto

Além dessas localidades, o Corregedor deslocou-se às Zonas Eleitorais de Imbituba, Piçarras, Tijucas e Joaçaba, a fim de instruir processos em tramitação nesta Corregedoria.

É imprescindível mencionar o irrestrito apoio da Presidência deste Sodalício e da Direção-Geral para permitir a realização de todos os roteiros programados.

2.5 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

No desenvolvimento das atividades eleitorais este Corregedor participou, além das reuniões do Colégio de Corregedores Eleitorais supra mencionadas, do Seminário Nacional de Juízes e Promotores Eleitorais, no período de 13 a 15 de agosto de 2001.

2.6 DO ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE CARTORÁRIA

Dedicou-se atenção ao acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Cartórios Eleitorais, em especial no que se refere ao andamento de processos relativos ao pleito de 2000. Este Corregedor promoveu contínua verificação do

cumprimento dos prazos processuais, gerenciando junto aos Juizes quando observada qualquer irregularidade.

2.7 DA CAMPANHA ESTADUAL DE ENTREGA DE TÍTULOS ELEITORAIS

Por iniciativa da ilustre Presidência desta Casa, e sob a coordenação desta Corregedoria, foi instituída a semana estadual de entrega de títulos eleitorais com o objetivo de conscientizar o eleitorado da importância do documento e evitar os tumultos típicos do período eleitoral.

A campanha contou com o apoio maciço da imprensa estadual e resultou no comparecimento de 7.045 eleitores.

2.8 PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES EM GRUPOS DE TRABALHO

A assessora desta Corregedoria, Renata Beatriz de Fávere, foi designada pela Presidência para presidir a comissão destinada a elaborar proposta de alteração da Resolução TSE n. 20.132 no que se refere ao fornecimento de dados constantes no Cadastro Eleitoral. Foi, ainda, constituída pela ilustre Presidência desta Casa comissão a fim de estabelecer normas de acesso aos serviços de Internet, Intranet e correio eletrônico, para a qual também foi designada a referida servidora.

2.9 DA UTILIZAÇÃO DA INTERNET E CORREIO ELETRÔNICO

Utilizando a tecnologia disponibilizada às Secretarias no desenvolvimento da *home page* deste Tribunal, a Corregedoria preparou para os eleitores material informativo relativo ao pagamento de multas, provimentos emanados, regimento interno e postos de atendimento instalados.

Além disso, tem sido priorizada a comunicação por correio eletrônico entre esta Corregedoria e as Zonas Eleitorais, colhendo-se benefícios no que se refere à agilidade, confiabilidade e economia da modalidade.

2.10 DAS ATIVIDADES CARTORÁRIAS

Durante o ano em curso, manteve-se o grande fluxo de documentos destinados a Zonas Eleitorais, ou outros Estados, com o objetivo de regularizar a situação de eleitores.

Foram registrados em torno de 800 processos de retificação de dados cadastrais; 10 expedientes solicitando reversão da base histórica; 30 procedimentos destinados a analisar a situação de eleitores com perda de direitos políticos; 7 solicitações de reversão de transferência equivocada e 150 comunicações de duplicidades.

O maior volume de documentos deu-se em face do cancelamento de inscrições eleitorais pelo FASE 035, destacando-se 1.100 pedidos de restabelecimento de inscrição cancelada.

Nesse aspecto, ressalte-se a imprescindibilidade da revisão dos procedimentos relativos à regularização dos cancelamentos como medida hábil a permitir o atendimento mais célere das demandas dos eleitores e reduzir a tramitação de documentos.

Outra atividade que demandou cuidado desta Corregedoria, em conjunto com a Secretaria de Informática, foi a conferência e digitação das justificativas eleitorais remetidas por outros Estados.

A dificuldade deveu-se aos novos procedimentos adotados, que não fixaram com exatidão as Zonas Eleitorais competentes para o arquivamento dos documentos. A inexistência de campo específico para a inclusão da Zona Eleitoral de inscrição do eleitor, exigiu dos servidores um grande número de consultas ao cadastro para conhecimento do local para remessa dos requerimentos de justificativa de ausência ao pleito.

Ainda neste final de exercício, esta Secretaria continua recebendo documentos relativos a justificativas apresentadas durante as eleições 2000 e não-processados até a presente data. Foram identificados casos de eleitores que efetivamente justificaram a ausência à votação e tiveram as inscrições canceladas por FASE 035 em face do não-processamento do seu requerimento.

No que se refere ao registro de óbitos e condenações criminais, permanece o impasse criado por algumas Corregedorias que deixam de encaminhar os documentos comprobatórios dos motivos do cancelamento ou suspensão, optando pela disponibilização, via internet/intranet, da relação de eleitores envolvidos em tais hipóteses.

Por oportuno, sugere-se a regulamentação expressa por essa ilustre Corregedoria-Geral, a fim de aclarar os procedimentos a serem adotados por todas as unidades regionais.

2.11 DO EXPEDIENTE

Foram protocolizados na Secretaria 2.723 documentos e expedidos 2.270 entre ofícios, ofícios-circulares e mensagens.

2.12 DOS PROCESSOS JULGADOS

Como Juiz-Relator, Membro desta egrégia Corte, foram distribuídos a este Corregedor 49 processos.

2.13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2001, apesar de não se caracterizar como ano eleitoral, foi extremamente trabalhoso e profícuo para esta Corregedoria.

As constantes inspeções correicionais possibilitaram o contato com os Cartórios Eleitorais, permitindo a análise de suas deficiências e a correção de eventuais irregularidades que poderiam vir a comprometer os trabalhos do ano vindouro.

A salutar troca de informações entre a Presidência da Casa e a Corregedoria possibilitou que diversos procedimentos atingissem seus objetivos, imprimindo agilidade e segurança mormente à apuração de fatos ocorridos perante os Juízos Eleitorais.

Por oportuno, mister destacar a colaboração emprestada pelo DD. Presidente desta Casa, Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, pelos ilustres Procuradores Regionais Eleitorais, Dra. Ana Maria Guerrero Guimarães e Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, pelos Membros desta Casa,

magistrados de escol, que sempre se mostraram interessados nas questões apresentadas por esta Corregedoria.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Des. Anselmo Cerello
Corregedor

3. DIREÇÃO-GERAL

Para a Administração do Tribunal Regional Eleitoral, 2001 chega a seu termo com outros ares. Será a primeira vez – desde que esta equipe está à frente das Unidades que compõem a Secretaria (1996) – que teremos uma sucessão na interinidade de sua Presidência, haja vista a eleição de seu titular, Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, para a Presidência do e. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.¹

Mas tal fato não muda a realidade deste Regional. Muito trabalho foi e será realizado, não apenas com vistas ao melhor relacionamento da Secretaria com a Sociedade, da Corte com as Instituições, mas, principalmente, para aumentarmos o grau de eficiência e eficácia de nossas iniciativas, valorizando o serviço, o servidor e o cidadão.

Sendo sintético, até para não entrar na esfera política, vinculada à Presidência, cumpre-me destacar o avanço tecnológico deste Tribunal no ano que se aproxima do seu término.

A digitalização de nosso acervo jurisprudencial; a participação efetiva nos grupos de trabalho de legislação eleitoral, de segurança nas eleições, dos sistemas eleitorais – com destaque ao Sistema de Candidaturas e ao Sistema de Prestação de Contas de Eleição; a elaboração de regras de auditoria e a regulamentação de matérias administrativas de interesse da Justiça Eleitoral (v.g. pagamento de diárias e passagens e indenização de deslocamento); estudos sobre infra-estrutura de chaves públicas e assinatura digital, como solução de segurança para as eleições vindouras e como instrumento de trabalho; a reestruturação da Secretaria, que só não foi ainda apreciada pelo Pleno em face de projeto do TSE em estudo naquela Corte; a preparação das Zonas Eleitorais para a adoção da versão catarinense do título *on-line*; o mapeamento eletrônico de todas as Seções Eleitorais do Estado, para permitir um mais efetivo e eficiente acompanhamento de nossas ramificações por todo o território catarinense; a Internet, realidade tecnológica que se soma aos instrumentos de trabalho oferecidos pelo TRESC; o aprimoramento dos

¹ O período deste relatório abrange também os meses de janeiro a março de 2001.

serviços e dos servidores com treinamentos nas áreas de interesse das Unidades; a avaliação das eleições passadas e o planejamento das futuras; o contato com os colaboradores das Zonas Eleitorais e o seu envolvimento no planejamento das eleições 2002; a preocupação com o atendimento ao público, oferecendo oportunidade de treinamento aos servidores do Tribunal e de todas as Zonas Eleitorais do interior; a execução da obra da sede das Zonas Eleitorais/Florianópolis/Ilha – Fórum Eleitoral Des. Wilson Eder Graf –, a ser inaugurado em janeiro/2002; a edição de duas publicações da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série*, a histórica, Eleições Catarinenses 1945-1998, contendo o resultado de todas as eleições estaduais e federais, desde a instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina até 1998; e a especial, com os dados referentes às eleições 2000 (prefeito, vice-prefeito e vereador) por município catarinense; a luta para bem gerir os recursos orçamentários disponíveis, diante do novo paradigma estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; o início dos procedimentos para a realização de concurso público para o preenchimento das vagas existentes no TRESA; a participação no TECNOJUSC; a atualização do parque de informática e o seu gerenciamento.

Enfim – cumprindo a proposta de ser sintético – este foi um ano de muito trabalho, trabalho esse voltado para o futuro, sem abandonar o presente. Certamente amanhã, quando estivermos olhando para trás, lembraremos que muito do realizado se iniciou ontem, e é isto que nos mantém motivados: as novas lideranças do Tribunal trazem consigo novas idéias e experiências, dando continuidade às metas dos antecessores e fixando novas para o futuro.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Samir Claudino Beber
Diretor Geral

3.1 ASSESSORIA DA DIREÇÃO-GERAL

À exceção daqueles procedimentos administrativos que a legislação dispõe ser obrigatória a emissão de parecer pelo órgão jurídico da Instituição, os demais aportam nesta Unidade Técnica por determinação da Presidência, da Direção-Geral ou da Secretaria de Administração. Incumbe a esta Assessoria, então, a emissão de pareceres que ofereçam subsídios legais ao julgamento desses procedimentos e sugiram as soluções jurídicas cabíveis.

Cumprindo as atribuições definidas regimentalmente, as atividades da Assessoria da Direção-Geral mostraram-se expressivas no presente exercício.

Buscou-se trazer a lume os entendimentos esposados pelos doutrinadores e pelos Tribunais pátrios a respeito da legislação incidente sobre as matérias inseridas nos documentos enviados à análise, cuja conclusão, ainda que não vinculante, serviu de supedâneo para a indispensável decisão emitida pela Senhora Secretária de Administração ou pelo Senhor Diretor-Geral, competentes que são para dar termo a determinados feitos que tramitam nesta Casa. E, de uma forma mais abrangente, a manifestação desta Unidade, acostada aos autos, pôde colaborar, igualmente, para o convencimento pessoal do Desembargador Presidente desta Corte Eleitoral, quando da emissão de decisões em procedimentos administrativos de sua competência.

Registra-se que foram delegadas às servidoras atividades relacionadas a esferas diversas das acima citadas, atividades essas que foram realizadas – algumas ainda o estão sendo – paralelamente às atribuições normalmente executadas. Esses fatos implicaram o necessário aprofundamento de questões disciplinadas por legislação específica, tais como as relativas às eleições.

Destacam-se a seguir, em breves linhas, as matérias que mereceram a análise da Assessoria da Direção-Geral:

3.1.1 Área Administrativa: Licitações e Contratos

Na esfera administrativa e financeira, esta Assessoria – em obediência ao preconizado no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 – apreciou o conteúdo

de todas as minutas de editais relativos a tomadas de preços (tipo menor preço e tipo técnica e preço), convites e pregões, contratos, termos aditivos e convênios que tiveram andamento nesta Corte. Sabiamente, esse dispositivo legal determina a obrigatoriedade da prévia análise das minutas por órgão jurídico, a fim de se evitar a tardia apuração de defeitos.

Esta Unidade incumbiu-se, também, de analisar as diversas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação, as quais vêm disciplinadas, respectivamente, nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações, constituindo-se em hipóteses nas quais não se utiliza um processo licitatório formal, mas se adotam procedimentos diversos, permeados de formalidades outras, sempre em observância ao texto legal e aos princípios que norteiam a atuação administrativa, em especial aqueles constantes no ordenamento jurídico específico. Pretendeu-se sempre auxiliar a Administração na tarefa de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Dentre as hipóteses de dispensa de licitação que tramitaram por esta Unidade, cumpre destacar: a) dispensas por fato superveniente, fundamentadas nos incisos I e II do art. 24; b) dispensas por emergência, embasadas no inciso IV do art. 24, supramencionado – quando houve comprovação do setor responsável de que poderiam ocorrer prejuízos às atividades do Tribunal, em caso de ausência do serviço; c) dispensas enquadradas no inciso V do art. 24, nos casos em que foi realizada licitação anterior, sendo que a ela não acudiram interessados e que de sua repetição adviriam prejuízos para a Administração; d) dispensas, no caso de apresentação de propostas consignando preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, previstas no inciso VII do aludido artigo; e) dispensas embasadas no inciso X do art. 24, visando à compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração; f) análise sobre a possibilidade de contratar instituição brasileira incumbida – regimental ou estatutariamente – de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional (CIEE).

Por sua vez, foram estas as hipóteses mais freqüentemente analisadas de situações em que não se exigiram licitações: a) processos acerca de inscrições de servidores em treinamentos externos e contratações de

profissionais para ministrar cursos nas dependências do Tribunal, baseadas no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei n. 8.666/93; b) processos quanto a aquisições e renovações de assinaturas dos diversos periódicos utilizados para atualização e aperfeiçoamento pelos profissionais deste órgão, bem como para que os setores competentes pudessem acompanhar a edição da legislação e as publicações efetuadas pelo Tribunal – art. 25, *caput*, e inciso I.

Relativamente aos contratos já firmados entre este Tribunal e empresas particulares, mereceram estudos mais minuciosos por parte desta Unidade Técnica as situações que ensejaram rescisões, prorrogações de prazo de vigência, reajustes, reduções e acréscimos de quantitativos de objetos e incidentes contratuais, como atraso na entrega dos bens e na execução dos serviços.

Em diversas oportunidades, foi esta Assessoria consultada por outros setores, destacando-se as consultas referentes a: a) celebração de convênios; b) contratação de estagiários; c) pagamento de empresas inadimplentes com a seguridade social; d) documentação e propostas apresentadas por empresas a serem contratadas; e) aplicação de multa à Administração Pública Federal por concessionária de serviço público, tendo em vista parecer da Advocacia-Geral da União; f) possibilidade de técnicos contratados conduzirem veículos oficiais ou locados por este Tribunal; g) providências a serem tomadas pela Administração em caso de greve da Imprensa Nacional, uma vez que a Lei n. 8.666/93 exige que, entre outros atos, os avisos das licitações realizadas por este Tribunal sejam publicados no *Diário Oficial da União*; h) tributos e respectivos percentuais a serem retidos no pagamento de serviços prestados por cooperativas, bem como sobre quais serviços seriam incidentes; i) pagamento referente às horas extraordinárias prestadas pelos Técnicos de Informática; j) não-fornecimento de vale-transporte para funcionários de empresa contratada por este Tribunal, em descumprimento ao disposto na Lei n. 7.418/86 e no Decreto n. 95.247/87.

Além dos processos relatados, foram submetidos à análise jurídica processos referentes a ressarcimentos de despesas; alterações nas minutas-padrão relativas a tomadas de preços, convites e pregões; atestação das faturas de fornecimento de energia elétrica, emitidas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC S.A.); Sistema de Licitações-

e, disponibilizado pelo Banco do Brasil S.A., para a realização de aquisições e contratações via *Internet*; composição de planilha de custos anexa a edital; possibilidade de formalização de convênio com este Tribunal, para fornecimento de base de dados jurisprudencial; possibilidade de aceitar-se produto diverso do originalmente ofertado; indagação acerca da possibilidade de adoção, nos editais licitatórios e nos contratos firmados por este Tribunal, para fins de atualização monetária, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, editado pelo IBGE, em substituição à média do IGP-DI e do INPC, diante do posicionamento do Tribunal de Contas da União, na Decisão n. 1.122/2000; material inservível; termo aditivo de contrato findo; furto ocorrido no edifício-sede, e anulação de ordem de fornecimento.

Destaca-se, por fim, a criação de banco de dados e sua alimentação com legislação, jurisprudência, doutrina e decisões e acordãos do Tribunal de Contas da União, acerca de assuntos pertinentes à área de licitação e contratos.

3.1.2 Área Administrativa: Pessoal e Recursos Humanos

No presente exercício, esta Assessoria emitiu pareceres em procedimentos oriundos da Secretaria de Recursos Humanos, consistindo, em sua maior parte, em requerimentos formulados por servidores ativos, inativos e/ou pensionistas visando à concessão de direitos, vantagens e/ou benefícios que pretendiam ver deferidos pela Administração deste Tribunal. A essa gama de procedimentos acrescentem-se aqueles que versaram sobre diversos outros temas, sempre atinentes à área de recursos humanos.

Numa rápida retrospectiva, verifica-se que foram oferecidas a exame desta Unidade Técnica questões relativas à vida funcional de servidores do Quadro Permanente da Secretaria desta Corte – lotados na sede do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais do Interior –, bem como atinentes a servidores requisitados e em exercício nas Zonas Eleitorais, a estagiários contratados para laborar na Secretaria, e, ainda, requerimentos formulados por pessoas alheias ao Quadro Funcional.

No que se refere aos servidores do Quadro Permanente da Secretaria desta Corte lotados na sede do Tribunal, assim como aos inativos e pensionistas, destacam-se os temas

relacionados com: a) o retorno à Secretaria dos servidores que estão em gozo de licença para trato de assuntos particulares, cedidos ou com lotação provisória; b) consulta acerca da aplicação, no âmbito da Secretaria do Tribunal, da Resolução TSE n. 20.805/2001, que trata da incidência de correção monetária sobre os pagamentos feitos com atraso aos servidores daquele Sodalício; c) licença para tratar de assuntos particulares; d) licença por motivo de afastamento de cônjuge, com ou sem exercício provisório; e) aposentadoria: alteração dos proventos (modificação do fundamento legal e parcelas referente à VPNI); f) pensão: retificação da composição dos proventos (parcelas referentes à VPNI e função comissionada); g) horas devidas em virtude do horário especial de estudante e compensação por dias de recesso averbados; h) realização de concurso público para provimento de cargos efetivos; i) créditos remanescentes relativos ao mês de dezembro de 1999, em face da liminar concedida no Mandado de Segurança n. 209, Classe II, impetrado pelo SINTRAJUSC – não incidência da contribuição social sobre férias, VPNI, adicional de serviço extraordinário, adicional por tempo de serviço, complemento de anuênio e adicional de insalubridade; j) possibilidade de alteração de cargos de provimento efetivo existentes no Quadro, nos moldes do art. 4º da Resolução TSE n. 20.572/2000; k) pedido de prorrogação de requisição de servidor para o TREDF; l) averbações de tempo de serviço prestado em atividade privada e/ou esfera estadual; m) extensão aos servidores do Tribunal da Resolução TSE n. 20.824/2001, que trata da movimentação extraordinária concedida aos servidores do TSE; n) aplicação do percentual de 11,98%, relativo à URV, sobre o cálculo do teto remuneratório; o) horário especial para estudante, por tempo determinado; p) isenção de imposto sobre a renda incidente sobre os proventos de aposentadoria, assim como essa situação após o óbito do ex-servidor; q) a determinação contida na Decisão TCU n. 136/2001, consubstanciada na suspensão, em quinze dias, dos pagamentos cumulativos, constantes dos proventos de aposentadoria, do valor da função comissionada com a VPNI, originadas de parcelas incorporadas a título de quintos ou décimos, sob pena de responsabilidade solidária dos ordenadores de despesas; r) requerimento de aposentadoria por invalidez; s) requerimentos de pensão vitalícia formulados pela companheira e pelo ex-cônjuge; t) enquadramento de fato ocorrido como acidente de serviço; entre outras matérias analisadas.

No que concerne aos servidores, integrantes do Quadro Permanente desta Secretaria e em exercício nos Cartórios Eleitorais do Interior, sublinha-se o requerimento formulado visando à alteração do fundamento legal da concessão de licença por motivo de afastamento do cônjuge que está a fruir.

Relativamente aos servidores requisitados, merecem relevo os procedimentos administrativos que versaram sobre: a) solicitação de pagamento de diárias formulada por Chefe de Cartório; b) solicitação de pagamento de diárias, formulada por Juiz Eleitoral, relativamente aos funcionários do respectivo Cartório; c) percepção de auxílio-alimentação por servidores requisitados de órgãos públicos municipais e estaduais, em exercício na Secretaria do Tribunal; d) pagamento de auxílio-alimentação a servidores requisitados em exercício nas Zonas Eleitorais da Capital; e) percepção de gratificação eleitoral por Chefe de Cartório designado para substituir Escrivão Judicial; f) pagamento de serviço extraordinário aos servidores dos Cartórios Eleitorais, e g) a aplicação do percentual de 11,98% sobre as gratificações percebidas pelos Escrivães Eleitorais e Chefes de Cartório.

Em relação aos estagiários contratados para trabalhar na Secretaria deste Tribunal, destacam-se as questões relativas à aplicação do percentual de 11,98% sobre as bolsas concedidas e o pagamento de adicional de insalubridade.

Além desses, vieram à apreciação desta Assessoria, no ano transato, procedimentos administrativos autuados em face de: a) apresentação de propostas de alteração da regulamentação interna vigente, como, por exemplo, diárias, férias e a mudança do período de contratação dos estagiários (analisados em conjunto com a Coordenadora de Controle Interno) e b) propostas para a instituição de normativa interna acerca da licença por afastamento de cônjuge, com ou sem exercício provisório (analisada em conjunto com as titulares da Assessoria da Presidência, da Secretaria de Recursos Humanos e da Coordenadoria de Pessoal) e sobre a seleção de estagiários para a Secretaria do Tribunal (analisada em conjunto com a Coordenadora de Desenvolvimento de Recursos Humanos).

Igualmente, ressalta-se terem sido objeto de estudo questões alusivas: a) à publicidade oficial a ser conferida aos atos de designação de Juízes Eleitorais da Circunscrição; b) à aplicação do percentual de 11,98%, relativo à URV, sobre o

cálculo das gratificações eleitorais de que tratam a Lei n. 8.350/91 e o Decreto-Lei n. 1.676/79; c) ao cadastramento da Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social perante o CRM-SC; d) à análise do projeto de lei de autoria do Deputado Federal Manoel Salviano acerca de novos mecanismos para dificultar a fraude no processo de votação (em conjunto com o Secretário de Informática); e) à necessidade de regulamentação, no âmbito desta Corte, de medidas de redução do consumo de energia elétrica em razão da crise energética brasileira e, f) à solicitação, formulada pelo TRE/BA, de requisição de servidora deste Tribunal para laborar em Cartório Eleitoral daquela Circunscrição. Sublinhe-se, de igual forma, as informações prestadas, por determinação do Relator, no Processo n. 152, Classe XIV, desta Corte, e o encaminhamento, pela Presidência, de sindicância, para que esta Assessoria procedesse à análise jurídica do feito.

Afora as questões acima mencionadas, coube também a esta Unidade analisar procedimentos nos quais figuraram como interessados pessoas alheias ao Quadro de Pessoal desta Secretaria. Para exemplificar, citam-se o expediente encaminhado por servidor da Universidade Federal do Rio de Janeiro almejando a transferência para o Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal; a solicitação para a participação de todos os Escrivães Judiciais das respectivas Zonas Eleitorais no rodízio estabelecido pela Resolução TRESC n. 7.116/1999 e o requerimento para a percepção de auxílio-funeral.

Por derradeiro, o presente relatório não poderia chegar a seu termo sem o registro do agradecimento daquelas que subscrevem o presente às servidoras que atuaram neste Setor, no período antes declinado, pelo incondicional apoio dado.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio
Assessora

Márcia Mendonça Ruhland
Assessora

3.2 COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

À Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de seus objetivos fundamentais (CF – art. 74), coube: a comprovação da legalidade e avaliação de resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, visando à racionalização da execução da despesa, à eficiência, eficácia e efetividade dos atos de gestão, apoiando o controle externo no exercício de sua função institucional.

Em cumprimento à legislação eleitoral em vigor, examinaram-se, também, as prestações de contas anuais dos órgãos estaduais dos partidos políticos, emitindo-se pareceres com objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos partidos políticos à Justiça Eleitoral.

O desenvolvimento das atribuições da Coordenadoria de Controle Interno no período podem ser relatadas pela execução das atividades a seguir elencadas.

3.2.1 Atividades do Serviço de Auditoria

Elaboração de papéis de trabalho, aplicação de programas de auditoria na avaliação de procedimentos e emissão de pareceres em processos licitatórios destinados a aquisições e contratações com terceiros:

- na modalidade convite: 5;
- na modalidade tomada de preços: 9;
- na modalidade pregão: 26;
- processos de pagamento: 11.

Análise de contratos e outros procedimentos relativos a aquisições e administração do patrimônio:

- ressarcimento de despesas: 4;
- consultas: 20;
- exame de contratos e incidentes de execução contratual: 53;
- celebração de convênio: 1.

Interpretação das normas de direito financeiro e emissão de pareceres analíticos sobre o enquadramento de dispensas e inexigibilidades de processos licitatórios:

- dispensas de licitação: 2;
- inexigibilidades de licitação: 53.

Orientação permanente na elaboração de editais e dos contratos deles decorrentes, avaliando prorrogações contratuais e reavaliações estipuladas legalmente.

Interpretação da legislação e emissão de pareceres em processos administrativos referentes à área de recursos humanos do Tribunal, relacionados aos seguintes tópicos:

- aposentadoria: 6;
- auxílio-funeral: 1;
- averbação de tempo de serviço: 2;
- celebração de contratos e convênios: 10;
- consultas: 8;
- jornada de trabalho: 1;
- pagamento de adicional de insalubridade, auxílio-alimentação, auxílio-creche, licença-prêmio, ressarcimento de despesas médicas e substituição: 4;
- prestação e pagamento de serviço extraordinário: 2;
- provimento, vacância e redistribuição de cargo, remoção e licença: 12;
- URV (Plano Real): 3;
- pagamento de diárias: 2;
- isenção de Imposto de Renda: 2;
- autorização para frequentar curso de especialização: 1;
- pagamento de honorários advocatícios: 1;
- reorganização da estrutura administrativa: 1;

- concurso público: 1;
- revisão do cálculo de pensão: 1;
- pagamento de gratificação eleitoral: 1.

Informatização da legislação, do entendimento jurisprudencial e da doutrina atinentes às áreas administrativa e financeira, propiciando consulta rápida e atualização permanente.

Análise e parecer nos processos de prestação de contas dos bilhetes-alimentação utilizados pelas Zonas Eleitorais desta Circunscrição quando da realização do pleito de 1998: 16.

Análise e parecer nos processos de prestação de contas dos bilhetes-alimentação utilizados pelas Zonas Eleitorais desta Circunscrição quando da realização do pleito de 2000: 159.

Elaboração da Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 2000.

Elaboração de programas de auditoria visando à Tomada de Contas Anual relativa ao exercício de 2001.

Emissão de parecer no processo do inventário geral dos bens móveis.

Verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos a admissão e desligamento de pessoal e a concessão de aposentadorias e pensões, submetendo os resultados à apreciação e ao julgamento do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, em 2 concessões de aposentadoria.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União das decisões deste Tribunal quanto à prestação de contas dos partidos políticos no que se refere à aplicação dos recursos recebidos do Fundo Partidário, nos termos do art. 22 da Resolução n. 19.768, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Coordenação e controle de atendimento de diligências propostas pelo Tribunal de Contas da União.

Encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de relatórios semestrais contendo as quantidades e valores referentes aos atos sujeitos a registro (admissões, concessões

de aposentadoria, pensões e desligamentos), assim como as alterações funcionais verificadas.

3.2.2 Atividades da Seção de Análise Contábil

Acompanhamento e fiscalização contábil da Unidade Gestora 070020 – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, de forma contínua e abrangente.

Análise dos 16 suprimentos de fundos concedidos, visando a avaliar a regularidade de sua aplicação.

Análise da documentação comprobatória das despesas empenhadas e emissão de pareceres em 873 processos de pagamento, visando ao exercício do controle da execução orçamentária.

Conferência mensal dos relatórios de movimentação dos bens móveis e do material armazenado em estoque com os registros contábeis efetuados no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Validação diária dos registros contábeis efetuados pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Realização da conformidade contábil mensal relativa aos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa: 1.119.

Análise de processos licitatórios.

Análise das planilhas de custos referentes à contratação de empresas especializadas em serviços de telefonia, limpeza e vigilância.

Formulação de 2 consultas à Receita Federal, 1 à Fazenda Estadual e 1 a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Atualização monetária de contratos de fornecimento e prestação de serviço continuado.

Análise contábil dos processos de prestação de contas anual de partidos políticos.

Análise das planilhas de custos referentes ao contrato da reforma do prédio destinado aos Cartórios Eleitorais da Capital.

Análise de 9 procedimentos administrativos acerca da possibilidade de apresentação da GFIP e da GPS em substituição à Certidão Negativa de Débitos perante o INSS – CND.

3.2.3 Atividades de exame de Prestações de Contas dos Partidos Políticos

Elaboração de instruções para exame das prestações de contas anuais pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Emissão de pareceres com o objetivo de avaliar a regularidade das contas prestadas pelos órgãos estaduais dos partidos políticos ao Tribunal Regional Eleitoral:

- referentes ao exercício de 1998: 1;
- referentes ao exercício de 1999: 29;
- referentes ao exercício de 2000: 23.

Orientação, concomitante às análises mencionadas, a partidos políticos e cartórios eleitorais, buscando dirimir dúvidas existentes e viabilizar a regularização das contas.

Acompanhamento e envio de circulares às Zonas Eleitorais das normas legais vigentes e do entendimento jurisprudencial firmado pelos Tribunais Eleitorais Superior e Regional.

Encaminhamento de informações às Zonas Eleitorais do Estado acerca da distribuição de recursos do fundo partidário aos diretórios municipais dos partidos pelos respectivos órgãos estaduais, com vistas à instrução dos processos de prestação de contas anual dos entes partidários beneficiados.

Encaminhamento de sugestões ao Tribunal Superior Eleitoral no tocante à minuta de resolução disciplinando a prestação de contas dos partidos políticos, relativa ao pleito de 2002.

Acompanhamento da conclusão dos trabalhos de exame e julgamentos das prestações de contas de campanha eleitoral, relativas ao pleito de 2000, junto às Zonas Eleitorais.

Compilação das informações encaminhadas pelas Zonas Eleitorais, por meio dos relatórios gerados pelo Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral – SPCE II e posterior remessa dos dados ao Tribunal Superior Eleitoral.

Elaboração de formulário para as Zonas Eleitorais visando à complementação das informações referentes à transmissão de dados constantes do SPCE II, em atendimento a solicitação do Tribunal Superior Eleitoral.

Análise e compilação das informações disponibilizadas pelas Zonas Eleitorais, por meio dos formulários enviados por esta Coordenadoria e posterior encaminhamento dos dados ao Tribunal Superior Eleitoral.

Orientação a Zonas Eleitorais, partidos políticos e candidatos, buscando dirimir dúvidas referentes à matéria.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Denise Goulart Schlickmann Sobierajski
Coordenadora de Controle Interno

4 SECRETARIA JUDICIÁRIA

Consoante disposição regimental, subordinam-se à Secretaria Judiciária:

a) Seção de Suporte aos Juízes, responsável, a seu turno, pelo suporte em matéria jurídico-eleitoral e constitucional-administrativa aos membros integrantes do Colegiado.

b) Coordenadoria de Registro e Informações Processuais, responsável pelas Seções de Controle de Processos, de Controle e Registro de Partidos Políticos e de Atividades Cartorárias;

c) Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, que engloba as atividades das Seções de Jurisprudência; de Biblioteca e de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções;

A par das atividades regimentais afetas a esta Secretaria, outras tantas foram desenvolvidas no decorrer do ano, ainda provenientes das eleições municipais de 2000, bem como novas buscas para aprimorar os serviços prestados por esta Instituição.

Nesse sentido, merece destaque a iniciativa de proceder à digitalização dos acórdãos e resoluções, a fim de disponibilizar para consulta na página do TRESA na Internet o seu inteiro teor.

Também a implantação do projeto, de iniciativa desta Secretaria, para o desenvolvimento de um sistema próprio para controle e armazenamento dos dados dos partidos políticos foi uma conquista importante, que vem auxiliar nas atividades da Seção de Controle e Registro de Partidos Políticos, anteriormente dependente de um sistema obsoleto e insatisfatório.

Da mesma forma, foram organizadas reuniões, com ampla participação dos servidores das Coordenadorias integrantes da Judiciária, nas quais foram discutidas matérias de extrema relevância, tais como as alterações no organograma regimental, o planejamento das próximas eleições e a análise da minuta das instruções do TSE, sobre as quais, inclusive, restaram formuladas sugestões encaminhadas à CRE a fim de serem apresentadas no III Encontro de Corregedores Regionais Eleitorais.

Há que se ressaltar, ainda, a participação da titular da Secretaria nos encontros de Secretários Judiciários realizados em Brasília e Curitiba, de 30 de julho a 1º de agosto e de 18 a 21 de setembro, respectivamente, fundamentais à integração com as demais unidades do País.

Por fim, e com o intuito de tornar este relatório mais completo e compreensível, separam-se as atividades, conforme desempenhadas.

4.1 SEÇÃO DE SUPORTE AOS JUÍZES

Por tratar-se de ano subsequente a período eleitoral, entre os feitos que tramitaram nesta Seção de Suporte aos Juízes – além de terem versado sobre as diversas classes de processos previstas no Regimento Interno desta Corte – prevaleceram aqueles relacionados ao último pleito municipal, sobretudo no que se refere a questões que envolveram abuso do poder econômico e político ou de autoridade.

Nesse sentido, muitos foram os processos que tiveram por objeto investigação judicial eleitoral, ação de impugnação de mandato eletivo e recurso contra diplomação, que acabaram por ensejar as mais variadas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, mas que, ao final, permitiram fossem sanados vícios e condutas danosas eventualmente verificados nas eleições de 2000.

Merece destaque o julgamento pelo qual esta Corte, em recurso contra diplomação, por maioria de votos, firmou o entendimento de que - vindo a ser cassada, após as eleições, liminar concedida em sede de revisão criminal que propiciou registro de candidatura - os votos dados ao candidato deverão ser declarados nulos, para todos os efeitos, não sendo computados para a legenda pela qual ele tenha concorrido.

De outro lado, ressalta-se o pronunciamento deste Tribunal que, em votação unânime, se manifestou pela inconstitucionalidade do art. 41-A da Lei n. 9.504/1997 no tocante à imposição da pena de inelegibilidade, fixando o entendimento de ser possível tão-somente a aplicação de pena pecuniária por infração a referido artigo.

Por outro, restaram igualmente analisados recursos em representações fundamentadas na Lei n. 9.504/1997, recursos

em processos-crime e originários, arquivamentos de inquéritos policiais, agravos de instrumento, agravos regimentais, *habeas corpus*, embargos de declaração, revisões criminais e mandados de segurança.

No que se refere aos processos administrativos, ressalta-se o ajuizamento do mandado de segurança, deflagrado por servidores requisitados deste Tribunal, buscando impedir a suspensão do pagamento de auxílio-alimentação por parte da Justiça Eleitoral. Questão essa que, pela decisão proferida, reacendeu a discussão acerca da imprescindibilidade, cada vez mais notória, de se criar, no âmbito desta Justiça Especializada, uma estrutura administrativa de primeiro grau.

Ainda na esfera administrativa, foram objeto de análise processos de prestação de contas de campanha e de exercício financeiro de partidos políticos, assim como os pedidos formulados para veiculação de inserções de programas político-partidários, sendo que, no julgamento destes últimos, verificou-se a necessidade de disciplinamento da matéria por meio de resolução, a fim de propiciar às greis partidárias bem exercitar seu direito.

Ressaltam-se, por fim, os pedidos de criação de Zonas Eleitorais, que resultaram num redimensionamento das atuais jurisdições eleitorais, com base em estudo formulado pela Coordenadoria de Eleições, bem como os de sustação de pagamento de multa eleitoral inscrita em dívida ativa da Fazenda Nacional, ajuizados em decorrência da promulgação da Lei de Anistia.

Diante do quadro vislumbrado no decorrer do ano de 2001, tem-se a impressão de que a sociedade em geral acabou por “descobrir”, por assim dizer, a Justiça Eleitoral, tamanha a quantidade e diversidade de ações e recursos julgados pelo Tribunal, que, se comparado aos anos anteriores, apresentou um significativo aumento.

Ademais, a complexidade e as minúcias das questões trazidas a lume servem não só para comprovar a importância da Justiça Eleitoral como instrumento imprescindível à proteção da lisura dos pleitos eleitorais, fazendo prevalecer a manifestação legítima da vontade popular, mas também para demonstrar a necessidade de se estruturá-la cada vez mais, a

fim de que possa dar continuidade a sua função precípua, qual seja, a de guardião da democracia.

4.2 COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS – CRIP

A Coordenadoria de Registro e Informações Processuais – CRIP cumpriu suas atividades regimentais atuando no recebimento, distribuição, autuação, controle, tramitação e realização de diligências e de publicações referentes aos processos judiciais, além de receber, anotar e comunicar aos Juízes Eleitorais as indicações das comissões e diretórios municipais dos partidos políticos.

Foram mensalmente elaborados mapas estatísticos dos processos em tramitação e dos julgados, além do mapa estatístico semestral a ser encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de alimentar o banco de dados do Poder Judiciário.

A Coordenadoria acompanhou os prazos processuais no *Diário da Justiça do Estado* e forneceu informações sobre os processos em tramitação no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.

Para cada sessão do Tribunal foi elaborada e distribuída pauta para o julgamento dos processos a serem apresentados em mesa, acrescentada àquela enviada a publicação no *Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina*.

Os órgãos de direção dos partidos políticos constituídos em Santa Catarina tiveram sua constituição e alterações anotadas e comunicadas aos Juízes Eleitorais.

As atividades cartorárias relativas aos processos de competência dos Juízes Auxiliares prosseguiram neste ano: controle da tramitação daqueles referentes à propaganda eleitoral nas eleições de 1998, que retornaram do TSE; encaminhamento das intimações aos condenados por propaganda irregular e, quando não pagas, dos documentos necessários à cobrança das multas à Procuradoria da Fazenda Nacional.

Também foram encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional os documentos necessários à cobrança das multas aplicadas pelos Juízes Eleitorais nas eleições de 2000.

No mês de novembro, iniciou-se a implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias – SGIP, desenvolvido por servidor da Secretaria de Informática com a participação de dois servidores da Coordenadoria: o módulo para uso dos partidos políticos foi apresentado em 20 de novembro último e já teve sua aplicação efetivada.

Ainda há a se destacar a participação de dois servidores desta Coordenadoria no planejamento das atividades da Secretaria Judiciária para as eleições do próximo ano.

Finalmente, apresentamos abaixo as atividades estatisticamente demonstradas (no período compreendido entre 2.1.2001 e 28.11.2001):

- sessões atendidas: 70;
- processos autuados: 227;
- ofícios expedidos: 1.520 ofícios, além de 18 ofícios-circulares;
- decisões proferidas: 18 resoluções, sendo 12 normativas e 6 relativas a processos, além de 255 acórdãos.

4.3 COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO – CJD

4.3.1 Atividades Gerais

Dentre as atividades exercidas em 2001 pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – CJD, cumpre destacar, inicialmente, a concretização do projeto elaborado por esta unidade, que abrange a digitalização de todas as decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina proferidas desde a sua instalação (1945-2001).

Tal projeto foi concebido em 1999, visando à preservação histórica e maior agilidade na recuperação de tais documentos, até então conservados apenas em suporte papel (alguns já bastante deteriorados).

Tendo a proposta sido acolhida pela Presidência desta Casa, os procedimentos de digitalização – que envolveram todos os servidores da CJD e alguns colegas de outras unidades – tiveram início em abril do ano em curso, com a exaustiva organização da massa documental e a preparação dos lotes (localização, retirada da capa das encadernações, extração de grampos e clips, reprodução de documentos danificados, conferência da numeração seqüencial e armazenamento).

Assim, os documentos digitalizados vêm sendo progressivamente disponibilizados pela Secretaria de Informática nas páginas eletrônicas do TRESA, o que possibilita o rápido acesso dos usuários, internos e externos, ao inteiro teor de seus acórdãos e resoluções.

Importante ressaltar que o projeto está sendo executado sem a necessidade de contratação de empresas especializadas, ou seja, exclusivamente com recursos humanos e equipamentos existentes nesta Corte, o que representa sensível economia ao Erário.

Até o presente momento, de um total de 24.391 decisões (17.129 acórdãos e 7.262 resoluções), foram digitalizados e revisados os seguintes documentos:

- Acórdãos n. 17.120 a 4.960 (2001-1963) = 12.160 e
- Resoluções n. 7.261 a 5.972 (2001-1967) = 1.289.

Total geral de documentos digitalizados: 13.449.

Total de páginas digitalizadas (estimativa): 67.245

De outra feita, foi concluída a publicação da edição histórica da RESENHA ELEITORAL - *Nova Série* – Eleições Catarinenses 1945-1998 (com lançamento previsto para o mês de janeiro vindouro), fruto de um minucioso trabalho de pesquisa que teve início em 1997 e foi realizado pelas servidoras Maria Beatriz Fleming e Vanessa de Souza Machado, lotadas no Arquivo do Tribunal.

Trata-se de uma compilação de dados referentes a todos os pleitos realizados no território catarinense no período em tela, onde constam – além do histórico da criação e da evolução do processo eleitoral e da Justiça Eleitoral no Brasil e em Santa Catarina – muitas outras informações, tais como: a) instalação

do TRESA; b) galeria dos Presidentes desta Corte; c) evolução dos títulos e cédulas eleitorais; d) relação dos partidos políticos que concorreram às eleições presidenciais, federais e estaduais em Santa Catarina; e) relação dos presidentes da República eleitos (inclusive indiretamente); f) quadro evolutivo do número de Zonas Eleitorais, Seções e Municípios catarinenses; g) mapas da divisão eleitoral do Estado em 1950 e em 2000; h) número de eleitores por município catarinense em momentos distintos; e, i) resultado das eleições federais e estaduais em Santa Catarina. A revista é ilustrada por documentos históricos e fotografias de candidatos e autoridades.

Em complementação, a Coordenadoria encarregou-se da elaboração de uma edição especial da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série* com os dados referentes às eleições 2000 (prefeito, vice-prefeito e vereador), por município catarinense, incluindo, além da votação dos candidatos, o número de eleitores, votantes e abstenções; número de seções; votos nominais, de legenda, brancos e nulos; e o quociente eleitoral.

Tais publicações têm por escopo, principalmente, a preservação da memória da Justiça Eleitoral do Estado, constituindo-se em indispensável fonte de pesquisa para os partidos, candidatos e demais operadores do Direito Eleitoral.

Além das revistas supramencionadas, coube à CJD supervisionar os procedimentos relativos à elaboração e lançamento dos fascículos de n. 2, do volume 7 e n. 1, do volume 8, da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série*, e do volume 5 do *Ementário de Jurisprudência do TRESA*, estabelecendo os respectivos cronogramas, contatando colaboradores e organizando a correspondente distribuição a diversos órgãos e autoridades de todo o País.

Sendo atribuição desta unidade a disseminação de informações de interesse desta Justiça Especializada, a CJD realizou ampla compilação de normas eleitorais e administrativas, as quais, após sofrerem as devidas atualizações, foram disponibilizadas nas páginas eletrônicas do TRESA. O acesso a tais documentos na rede – constantemente organizados e atualizados pelo setor – tem proporcionado inúmeras facilidades a todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com o Direito Eleitoral, além de municiar as Zonas Eleitorais com as informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos, mormente durante o período eleitoral.

Saliente-se, ainda, que a Coordenadoria pôde contar, neste exercício, com a colaboração de dois estagiários acadêmicos de Direito, experiência essa que tem trazido visíveis benefícios ao Tribunal e aos estudantes.

4.3.2 Seção de Jurisprudência

Compete à Seção de Jurisprudência a difusão de informações aos membros e servidores desta Corte, assim como aos Juízes e Promotores Eleitorais, Escrivães e Chefes de Cartório de todo o Estado, bem como a alimentação da base de jurisprudência do Tribunal (SJUR). Tal sistema visa à recuperação dos julgados, sendo que neste ano foram acrescentados, após criteriosa análise e indexação, 244 acórdãos e 17 resoluções, totalizando 9.395 registros atualmente disponíveis nas páginas eletrônicas do TRES e do Tribunal Superior Eleitoral, permitindo, assim, a divulgação *on-line* da jurisprudência catarinense em todo o território nacional.

A Seção de Jurisprudência também está encarregada do encaminhamento da legislação, acórdãos, resoluções e instruções de caráter relevante aos Juízes do Tribunal e servidores, bem como às Zonas Eleitorais, a fim de embasar suas atividades. A ela incumbe, ainda, a organização e atualização de pastas anuais de legislação, distribuídas aos integrantes do Pleno e aos servidores da área técnica, às quais são anexadas todas as normas referentes ao processo eleitoral.

Foram respondidas diversas consultas provenientes dos Cartórios Eleitorais do Estado, prestando-se esclarecimentos sobre a legislação eleitoral e as respectivas decisões jurisprudenciais aplicáveis às indagações. Além disso, a Seção de Jurisprudência atendeu e prestou orientação a diversos advogados, partes e demais interessados que compareceram nas dependências da Coordenadoria.

Conforme já exposto, coube à Seção em tela proceder à consolidação de diversas normas de caráter eleitoral e administrativo, a fim de que fossem afixadas na Intranet/Internet. Nesse contexto, foram atualizadas todas as resoluções administrativas de maior relevância deste Tribunal e, com isso, organizada uma compilação desses documentos, distribuída internamente na Secretaria (em papel) e editorada para o acesso em rede.

Assim, com a reformulação, foi incluído na página principal o *link* Legislação e Jurisprudência, que remete a uma pletera de serviços e informações constantemente elogiados pelos usuários internos e externos, a saber:

- Jurisprudência: a) base de consulta das decisões do TRESA; b) base de consulta às decisões do TSE e demais TRES; c) a acórdãos e resoluções do TRESA: inteiro teor.
- Legislação: a) Constituição, Federal e Estadual: na íntegra; b) normas eleitorais: Código Eleitoral; Lei das Inelegibilidades; Lei Complementar n. 64/1990; Lei n. 9.504/1997; competências e atribuições: Juiz e Promotor Eleitorais, Escrivão e Chefe de Cartório; c) eleições 2000: resoluções TSE e fluxogramas; d) eleições 2002: resoluções TSE; e) normas correlatas; f) normas partidárias; g) provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral; h) resoluções administrativas; i) súmulas de TSE.
- Regimentos: a) Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; b) Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; c) Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina; d) Tribunal Superior Eleitoral; e) Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; f) Supremo Tribunal Federal.
- Normas da Administração Pública: a) Emenda Constitucional n. 19; b) finanças; c) licitações públicas; d) servidor público; e) processo administrativo; f) normas da Previdência Social; g) Emenda Constitucional n. 20; h) Seguridade Social.

Realizou-se, ainda, o acompanhamento diário das decisões do TSE publicadas na imprensa oficial, bem como de todos os atos normativos e administrativos do interesse desta Corte, os quais são atualizados semanalmente na Intranet.

Foi dado prosseguimento à elaboração do *JTRESA Impresso*, ementário de jurisprudência deste Tribunal – com periodicidade mensal e distribuído em todo o território nacional –, importante fonte de pesquisa para a solução de questões afetas aos Juizados de 1ª instância.

4.3.3 Seção de Biblioteca

No ano em curso, a Biblioteca instalou um novo *software* para o gerenciamento do acervo, o Sistema de Atendimento

Bibliotecário – SAB, gentilmente cedido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Tal sistema, com a colaboração do setor de Banco de Dados da Secretaria de Informática, foi adaptado às necessidades internas desta Casa, sendo dotado de ferramentas que, além do acesso em rede, permitem maior controle sobre os empréstimos e, por conseguinte, o fiel cumprimento à regulamentação da Biblioteca do Tribunal.

Constatadas algumas disparidades nas solicitações de livros de empréstimo em caráter permanente, haja vista que algumas unidades possuem verdadeiras bibliotecas setoriais, com mais de quarenta obras, a CJD solicitou à Direção-Geral a revisão do procedimento para a aquisição de livros a serem permanentemente cedidos a outras unidades (por exemplo: foram emprestadas em caráter permanente, apenas no primeiro semestre deste ano, um total de 155 obras). Por essa razão, o regulamento da Biblioteca foi alterado nos termos da Ordem de Serviço D-G n. 1/2001, pela qual incumbe ao Coordenador de Jurisprudência e Documentação “estabelecer critérios seletivos quanto à aquisição de obras solicitadas pelas unidades desta Corte, dando preferência: a) aos livros que venham a integrar o acervo da Biblioteca e ser colocados à disposição dos servidores em geral; b) aos assuntos de interesse comum do Tribunal”. Além disso, “o setor requisitante deverá justificar, por escrito, a necessidade do empréstimo permanente, comprovando o uso diário do material em suas atividades regimentais, de modo que a observância dos prazos comuns de empréstimo da biblioteca possa acarretar prejuízo ao serviço”.

Cabe destacar, outrossim, a inclusão na página da Internet/Intranet dos seguintes serviços, os quais proporcionam maior agilidade na recuperação das obras e conforto aos usuários da Biblioteca: a) relação das obras disponíveis e pesquisa por título ou nome do autor; b) formulário eletrônico para solicitação de compra de livros; c) inteiro teor do regulamento da Biblioteca; d) relação de livros e vídeos disponíveis no Clube do Livro.

Deu-se continuidade ao sistema de “circulação dirigida”, procedimento esse que possibilita o empréstimo temporário de revistas técnicas especializadas aos setores correspondentes, retornando os exemplares à Seção de Biblioteca após o período estabelecido, bem como à divulgação dos sumários de periódicos que possam interessar a outros setores deste Tribunal.

Encontra-se em andamento procedimento licitatório para a aquisição, ainda neste exercício, de 48 novos livros, com base nas solicitações dos servidores e em pesquisa realizada nas livrarias especializadas e em catálogos de editoras.

A Seção de Biblioteca manteve em funcionamento o Clube do Livro, aberto a todos os servidores da Casa, composto de um acervo com mais de 300 obras literárias e 95 fitas de vídeo.

Nos termos da Resolução TRESA n. 7.241/2000, as respectivas atribuições do extinto Serviço de Gestão Documental – Arquivo foram transferidas à Seção de Biblioteca. Sendo responsável pela guarda, conservação e preservação da carga documental do Tribunal, tal setor foi procurado em diversas ocasiões para a obtenção de dados relativos a eleições anteriores, localização de documentos e processos arquivados. Conforme já relatado, concluiu-se, também, minucioso trabalho de pesquisa acerca de dados referentes a todos os pleitos realizados no território catarinense, a partir do ano de 1945, abrangendo cargos, nome dos participantes e o respectivo número de votos recebidos, bem como dos resultados das eleições 2000 por município catarinense.

Compete, igualmente, à Seção de Biblioteca administrar o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, denominado Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes – localizado na sede do Tribunal – e, assim sendo, por intermédio do Arquivo, realizou-se a triagem de vários documentos de caráter histórico, os quais passaram a integrar o acervo do museu.

Esta Biblioteca realizou, ainda, as seguintes atividades:

- livros incorporados ao acervo: 138 obras, correspondentes a 113 aquisições e a 25 doações;
- periódicos: foram renovadas 38 assinaturas de periódicos e efetuadas as das revistas Forum Administrativo e AU - Arquitetura, Urbanismo e Projeto, bem como do Jornal de Clínica em Odontologia. Além disso, o acervo foi enriquecido com doações de revistas de outros órgãos judiciários;
- jornais: foram mantidas as assinaturas existentes, totalizando 4 jornais oficiais (*DOU* – Seções I, II e III; *DJU* – Seção I; *DOESC* e *DJSC*) e 6 jornais de circulação diária (*Diário*

Catarinense; O Estado; O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo; A Notícia; Jornal de Santa Catarina);

- assinaturas de CD-ROMs: LIS – Legislação Informatizada Saraiva; JURIS SÍNTESE – Legislação, jurisprudência, doutrina e prática processual; Revista dos Tribunais; Consulex - Biblioteca Jurídica Virtual; Biblioteca Digital Lex; acesso via Internet do Informativo de Direito Administrativo e do Informativo de Licitações e Contratos; ITCI – Informativo Tributário Contábil.

Importante ressaltar que a Seção de Biblioteca centraliza a aquisição de livros, CD-ROMs, assinaturas de revistas, periódicos e similares, por iniciativa da Coordenadoria ou em atendimento a solicitações formuladas pelos diversos setores do Tribunal, acompanhando o andamento dos respectivos procedimentos junto à Secretaria de Administração.

4.3.4 Seção de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

Incumbe à Taquigrafia a confecção das atas com o resumo dos assuntos tratados nas sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas e a lavratura das respectivas certidões; o controle e registro dos acórdãos e resoluções publicadas em sessão, assim como a alimentação do módulo SADP referente aos julgamentos realizados nesta Corte, possibilitando a consulta, em rede, de tais decisões. Procedeu-se, igualmente, à alimentação da base de dados "Atas", e à elaboração de extratos de atas para a RESENHA ELEITORAL – *Nova Série*. Cumpre salientar que o registro em ata das sessões do Pleno foi regularmente efetuado e apresentado à aprovação na sessão seguinte. Por fim, em atenção a determinações da Presidência do Tribunal e da Direção-Geral, foram degravados pronunciamentos proferidos em sessão, bem como foi realizada pela servidora Maria Cecy Ferreira Arrospide a revisão de textos (documentos e publicações oficiais), a pedido de diversas unidades desta Corte, sendo ela também freqüentemente consultada para a solução de questionamentos gramaticais e ortográficos.

4.3 CONCLUSÃO

Certa de que esta Secretaria esmerou-se em atender aos fins a que se destina, devolvendo à sociedade brasileira

um serviço da melhor qualidade, sempre norteadas pelos preceitos de justiça e urbanidade, devo enaltecer o excelente e incansável trabalho de todos os servidores desta Secretaria - inclusive os substitutos eventuais -, trabalho esse realizado sempre com dedicação ímpar e munidos de uma responsabilidade e conduta funcional inatacáveis, não poupando esforços na realização das tarefas que lhes são afetas.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Clicye Damo Bertoli
Secretária Judiciária

5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

À Secretaria de Administração compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades referentes à aquisição, guarda e distribuição de materiais, a comunicações, aos serviços gerais e à organização orçamentária e financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada às atividades regimentais desenvolvidas por esta Secretaria, cabe destacar a instauração e conclusão de vários processos de aquisição de bens e contratação de serviços visando à adequação da nova sede dos Cartórios da 12ª, da 13ª e da 100ª Zonas Eleitorais, situada na Rua Esteves Júnior, n. 157, nesta Capital.

A Secretaria de Administração é composta pelas Coordenadorias de Orçamento e Finanças; de Material e Patrimônio; de Serviços Gerais e de Comunicações, cada qual com atribuições próprias, consoante a seguir identificadas.

5.1 COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças compete planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pela Seção de Programação e Execução Orçamentária e pela Seção de Programação e Execução Financeira, elaborando os respectivos planos de trabalho.

Aliada à atividade rotineira desta Coordenadoria, realizou-se:

- registro de 1.711 ordens bancárias;
- registro de 731 notas de empenho;
- registro de 877 notas de lançamento;
- registro de 856 DARFs (Documento de Arrecadação Financeira);
- registro de 119 GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social);
- registro de 93 notas de programação financeira;
- registro de 43 listas de credores;

- registro de 117 pré-empenhos;
- registro de 155 notas de dotação;
- registro de 225 notas de sistema;
- registro da conformidade diária;
- registro de contratos e de convênio no SIAFI;
- formalização de 1.056 procedimentos de pagamento;
- retenção Imposto sobre Serviços (ISS) da PMF;
- informações de disponibilidade orçamentária nos processos licitatórios e nas aquisições diretas;
- elaboração de planilhas das despesas executadas mensalmente;
- encaminhamento de selos postais às Zonas Eleitorais;
- alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD;
- remanejamento de créditos, entre os diversos programas de trabalho existentes;
- conferência das multas eleitorais encaminhadas pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- informação mensal da quantidade de guias de multas eleitorais e do respectivo valor à Secretaria de Administração do TSE;
- registro, no SIPES, da despesa com pessoal, mensalmente;
- registro, no sistema SIDOR, da proposta orçamentária anual;
- retenção dos impostos contemplados na Lei n. 9.430/96 e o seu respectivo recolhimento à União;
- informação, a cada quinzena, do valor da retenção do ISS e do respectivo recolhimento à PMF;

- conferência de todos os lançamentos efetuados no SIAFI no dia anterior, para posterior registro da conformidade diária;
- verificação, a cada pagamento, da validade da documentação dos fornecedores, conforme Decisão TCU 705/94;
- controle, por fonte de recursos, do saldo financeiro;
- acompanhamento da execução orçamentária dos respectivos programas de trabalho;
- classificação contábil das despesas;
- classificação das despesas nos elementos de despesa respectivos a cada programa de trabalho;
- levantamento das necessidades financeiras para registro da programação financeira mensalmente;
- treinamento de servidores para o correto preenchimento das informações da proposta orçamentária anual no sistema SPO;
- consolidação das necessidades levantadas pelos setores deste Tribunal;
- registro no módulo de acompanhamento de empenhos do sistema de proposta orçamentária das eleições 2000;
- acompanhamento das despesas das eleições 2000 e seu registro nas ações e atividades correspondentes;
- cobrança de inúmeras multas (atraso na execução de objeto contratual e/ou inexecução parcial) de fornecedores de bens e serviços, referentes aos contratos celebrados pela Secretaria de Administração.

5.1.1 Execução Orçamentária e Recursos Financeiros

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União (de 1º.1.2001 até 30.11.2001) e suas suplementações constituíram o montante de R\$ 40.934.680,08 (quarenta milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e oito centavos). Por conta desses créditos foram

empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 40.387.458,63 (quarenta milhões, trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e três centavos).

Foram recebidas durante o exercício de 2001 (até 30 de novembro) provisões no valor total de R\$ 959.350,08 (novecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e cinqüenta reais e oito centavos), e, ainda, concedidas provisões no valor de R\$ 148.364,80 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

Encontram-se bloqueados R\$ 292.324,19 (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos), sendo R\$ 139.748,00 (cento e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e oito reais) correspondentes ao crédito para remanejamento, R\$ 102.403,19 (cento e dois mil, quatrocentos e três reais e dezenove centavos) a créditos pré-empenhados e aguardando conclusão de procedimentos licitatórios e R\$ 50.173,00 (cinqüenta mil, cento e setenta e três reais) que se referem ao contingenciamento, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos financeiros colocados à disposição da unidade para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior, sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

5.1.2 Proposta Orçamentária – 2002

Procedeu-se à elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2002, solicitando-se importâncias para suprir as despesas arroladas a seguir:

- pessoal e encargos sociais (pagamento de vencimentos, vantagens fixas e gratificações em geral; despesas com concessão de melhorias funcionais; despesas com concessão de gratificações adicionais; despesas com preenchimento de cargos vagos, em virtude de aposentadorias; encargos com inativos e pensionistas; substituições; despesas de exercícios anteriores, etc.);

- outras despesas correntes de capital, tais como: diárias (atendimento de despesas com diárias a servidores para deslocamento ao Interior do Estado de Santa Catarina e do território nacional); material de consumo (reposição de estoques para manutenção do Tribunal e das Zonas Eleitorais do Estado, além de combustíveis/lubrificantes e suprimentos em geral); passagens e despesas com locomoção (atendimento de despesas com deslocamento e participação de servidores em congressos e eventos relacionados com informática e dos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do Interior, para participação em treinamentos no Tribunal); outros serviços de terceiros (despesas contratuais de manutenção: contratos de limpeza e vigilância do prédio-sede do Tribunal e das Zonas Eleitorais da Capital; aluguel de máquinas fotocopadoras; serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; aluguel de imóveis para acomodação das Zonas Eleitorais da Capital; contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fornecimento de selos postais e prestação de serviços [SEDEX]; serviços de transporte de encomendas e cargas; manutenção dos equipamentos de informática; aquisição de *softwares* e dos demais serviços necessários à manutenção das atividades desenvolvidas por este Tribunal); benefícios (auxílio pré-escolar; auxílio refeição/alimentação; auxílio vale-transporte; ressarcimento de despesas médicas e odontológicas); despesas eventuais (assinaturas de periódicos e anuidades; serviços gráficos: cópia e encadernação de folhetos e revistas; despesas miúdas e de pronto pagamento; taxas municipais – IPTU; reparo e conservação de bens imóveis; serviços de divulgação e serviços de processamento de dados) e equipamentos e materiais permanentes (aquisição de mobiliário em geral; aquisição de periódicos, *modems*, microcomputadores, *winchesters*, impressoras, estabilizadores, veículos utilitários e aparelhos de ar condicionado).

5.2 COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

À Coordenadoria de Material e Patrimônio compete a contratação de serviços, aquisição, guarda, distribuição e o controle dos bens permanentes e de consumo utilizados pelo Tribunal e pelas Zonas Eleitorais.

- Número de licitações processadas: 26 pregões, 8 tomadas de preços e 6 convites.
- Número de processos autuados: 341.
- Número de contratos celebrados: 95.
- Número de termos aditivos firmados: 95.
- Número de convênios celebrados: 12.
- Principais aquisições/serviços contratados: impressos; material de expediente; 2 mastros para bandeira; material de copa e higienização; equipamentos de informática (microcomputadores, chaveador e pentes de memória); 1 fotocopiadora digital; livros e assinatura de diversos periódicos; 1 geladeira; 1 grampeador industrial; 3 aparelhos de fac-símile; 2 bombas d'água; sensores infravermelhos com temporizadores; desumidificador de papel; 1 luxímetro digital; 1 estante para a sala da Presidência; material elétrico; 2 bebedouros; suprimentos de informática; 40 aparelhos telefônicos analógicos; 1 parafusadeira; 1 prensa canteadeira manual; 1 calculadora; 5 aspiradores de pó; 2 condicionadores de ar; projeto de sonorização da sala de sessões; projeto de detecção e alarme de incêndio; impermeabilização de marquise; manutenção de fotocopiadoras Toshiba, Minolta, Risograph e Mita; serviços de Internet; transporte rodoviário de materiais; persianas para os andares 8ª, 9ª e ático do edifício-sede; contratação de carregadores; manutenção de elevador marca Schindler; lavagem de veículos Kombi; instalação de um equipamento de alarme contra roubo na 29ª Zona Eleitoral; instalação de 2 boxes para banheiro; instalação de portas de vidro; manutenção predial; seguro para veículo Santana; seguro de acidentes pessoais para estagiários; manutenção de mangueiras e de extintores de incêndio; manutenção de jardins; manutenção de transformador; manutenção de 28 bebedouros; 1 cópia do *software Oracle Database Enterprise Edition*; atualização do *software MS Project*; atualização da manutenção anual do *software Case System Architect 2001*; aquisição e atualização do *software Macromedia*; 1 licença do *software RSHD/NT*; fornecimento de suprimentos para fotocopiadora Konica; seguro para o prédio-sede; fornecimento de água mineral; locação de 20 equipamentos receptores GPS; manutenção

de veículo Mercedes; fornecimento de carimbos; reprodução do *Boletim Informativo* do TRESA; serviços de limpeza para o depósito de urnas; lavagem de carpete; seguro para urnas eletrônicas; locação de veículos de transporte de passageiros; sistema de automação e peças para os portões das garagens dos subsolos I e II; assinatura e instalação de TV a cabo.

- Aquisições e serviços contratados para a nova sede dos Cartórios Eleitorais da Capital: reforma do edifício localizado na Rua Esteves Júnior, n. 157; móveis (mesas, cadeiras, balcões, armários); implantação de rede de informática; projeto preventivo contra incêndio. Estão tramitando procedimentos com vistas à aquisição de: persianas; divisórias; mastros para bandeira e letreiros de identificação.
- Prorrogação dos seguintes contratos: serviços de telefonista; serviços de ascensorista; manutenção de veículos Chevrolet e Fiat; locação do Edifício Cedros, que abriga as Zonas Eleitorais da Capital; serviços postais e telemáticos e venda de produtos da ECT; manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de informática; serviços de vigilância na sede do Tribunal e no depósito de urnas; locação do imóvel que abriga a 18ª e a 85ª Zonas Eleitorais; locação do imóvel onde está instalada a 101ª Zona Eleitoral; manutenção de equipamento reprográfico Sharp; coleta de resíduos hospitalares; serviços de copa para os Cartórios Eleitorais da Capital.
- Contratação de diversos treinamentos para os servidores do Tribunal.
- Remessa de 690 volumes às Zonas Eleitorais.
- Tombamento de 1.075 bens patrimoniais.
- Encontram-se em andamento processos visando à aquisição/contratação de: mobiliário para Centrais de Atendimento ao Eleitor (Lages, Blumenau, Joinville); uma estante para a sala da Taquigrafia; desinfecção dos reservatórios de água do edifício-sede; manutenção de veículo Santana; alteração do quadro de medição de energia elétrica do edifício-sede; medicamentos e materiais médicos e odontológicos; fornecimento de combustíveis; veiculação de publicações legais; *softwares ESRI Arcview, Via Voice for*

*Windows, Adobe Acrobat, Macromedia Flash, Symantec Ghost, NAI VirusScan para Linux/X86, Oracle Database Enterprise Edition; atualização dos softwares: Adobe Acrobat; Lotus Notes Domino; Lotus Notes Client; Lotus Notes Desktop; Macromedia FireWorks; Macromedia Flash; atualização do sistema operacional Microsoft Windows 98; 20 units named user single server; equipamentos de informática (microcomputadores e impressoras laser); fornecimento de água mineral; manutenção de máquinas fotocopadoras Toshiba e Konica; fornecimento de suprimentos para máquinas fotocopadoras Sharp, Minolta, Toshiba, Mita, Konica e Risograph; seguro dos veículos de propriedade do Tribunal; 20 estantes de aço; equipamentos e materiais para o sistema de áudio da sala de sessões; 2 carros manuais hidráulicos para *pallets*; fornecimento de passagens aéreas; modernização dos elevadores do Tribunal; manutenção dos aparelhos de ar condicionado e bebedouros; luminárias; renovação de periódicos; 30 aparelhos telefônicos analógicos; 3 equipamentos receptores GPS; locação de sistema de alarme e vigilância eletrônica para a 101ª Zona Eleitoral; manutenção de portas corta-fogo.*

5.3 COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Coordenadoria de Serviços Gerais, cumprindo os seus objetivos, solicitou a aquisição de bens e materiais e elaborou e acompanhou projetos e serviços, conforme discriminados a seguir.

5.3.1 Seção de Administração do Edifício e Setor de Apoio Administrativo

- Aquisição de: travas e fechaduras para diversas portas e janelas; combustíveis (gasolina e álcool); 20 tíquetes de carga de GLP (gás de cozinha); 29 temporizadores (iluminação) para as escadas enclausuradas da sede do Tribunal; 45 luminárias e 60 lâmpadas para serem instaladas nas escadas enclausuradas e nas áreas externas da sede do Tribunal; toalhas de rosto; 3 desumificadores de papel para as seguintes coordenadorias: CSG, CRIP e CJD; caixa para proteger o motor do portão de acesso à lateral

esquerda da sede do Tribunal; 70 aparelhos telefônicos analógicos; 2 bebedouros; 6 condicionadores de ar para a sede do Tribunal; grampeador industrial para o Setor de Reprografia; plantas ornamentais; 1 geladeira para o Cartório Eleitoral da 101ª Zona; 1 estante para a sala da Presidência; 30 lâmpadas fluorescentes compactas para serem usadas nas arandelas externas do prédio-sede; 2 quadros metálicos para pastas suspensas; rodízios para móveis; 1 máquina copiadora digital para o Setor de Reprografia; 1 plastificadora e de 1 prensa perfuradora para crachá, para uso da Coordenadoria de Serviços Gerais; utensílios para o serviço de copa; 12 bandeiras para a sede do Tribunal; 3 rolos de grampo para uso em equipamento de reprografia marca Minolta; 1 parafusadeira para o Setor de Manutenção; balcões, mesas e gaveteiros para diversos setores do Tribunal; pneus; programa para desenho – *MiniCad – Vectors Works*; 100 fitas VHS para gravação de imagens no sistema de monitoramento de vídeo; bandeiras e fitas com rosetas; cadeiras para os Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha; suprimentos para o serviço de copa; 395 espelhos para tomadas e interruptores; 1 luxímetro digital; cabo coaxial, fio multipolar e botões seletores para implementação do sistema de sonorização do prédio-sede; 50 lâmpadas incandescente para uso no ático do prédio-sede; 81 luminárias para a nova sede dos Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha; 12 sensores infravermelhos com temporizador para os vestíbulos dos pavimentos do prédio-sede; material para confecção de crachás (plástico poliacetal e prendedores); tinta acrílica, na cor branca fosca, para renovação da pintura das antecâmaras das escadas cortafogo; 20 estantes de aço para uso dos Cartórios Eleitorais; carimbos para o Setor de Expedição; 1 canteadeira para o Setor de Reprografia; móveis para os Cartórios Eleitorais das cidades de Blumenau, Lages e Joinville (Centrais de Atendimento ao Eleitor) e para complementar mobiliário existente na Coordenadoria de Registro e Informações Processuais; piso vinílico para o Protocolo; 250 quilos de café e 250 quilos de açúcar.

- Aquisição e instalação de: carpete na sala da Coordenadoria de Comunicações; piso vinílico na Coordenadoria de Produção e Suporte; módulos de atendimento para os Cartórios Eleitorais; mola para a porta principal do Cartório Eleitoral da 101ª Zona; 2 bombas d'água para os Cartórios

Eleitorais da 12ª, da 13ª e da 100ª Zonas; 1 sistema de automação e de peças para os portões das garagens dos subsolos I e II; divisórias para a futura sede dos Cartórios da Capital/Ilha; 2 peças de granito para a entrada principal do prédio-sede; persianas verticais para a futura sede dos Cartórios da Capital/Ilha e para o 10ª e 9ª andares do edifício-sede; mesas, armários, gaveteiros e balcões para os Cartórios da Capital/Ilha; estante para a sala de sessões; divisórias para a futura sede dos Cartórios Eleitorais; de equipamentos e materiais para o sistema de áudio da sala de sessões; 2 mangueiras de incêndio; 2 mastros para bandeira da nova sede dos Cartórios Eleitorais/Ilha; 60m de canaleta elétrica para a instalação do sistema interno de som.

- Contratação de: seguro para o prédio-sede; conserto de uma poltrona da Coordenadoria de Comunicações; ônibus, tipo leito, com motorista, para transportar servidores do Tribunal de Florianópolis para Bento Gonçalves/RS; seguro total para os veículos do Tribunal; vigilância eletrônica para o Cartório da 101ª Zona Eleitoral.
- Contratação de empresas para: reparos em carpetes; executar a manutenção em 6 portas pantográficas instaladas no depósito de urnas; confeccionar uma escada metálica para o depósito de urnas; confeccionar e instalar uma esquadria de alumínio na sala de manutenção da Coordenadoria de Serviços Gerais; realizar a manutenção dos veículos do Tribunal; a confecção de togas para os membros da Corte; realizar a limpeza e conservação do prédio-sede deste Tribunal e do prédio onde funcionam os Cartórios Eleitorais da Capital; realizar a lavagem de aproximadamente 1.115 m² de carpete; a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nas instalações do Tribunal; revestir, com fórmica, 4 mesas do Setor de *Hardware*; realizar o conserto de duas bombas hidráulicas dos Cartórios Eleitorais da 12ª e da 13ª Zonas; fornecer, em regime de locação, veículos de transporte de passageiros; executar a manutenção preventiva e corretiva nos 4 portões que guarnecem as garagens e o pátio do prédio-sede; proceder à revisão geral em aparelho de fac-símile; confeccionar painel para a sala de sessões; proceder à reborda de 24 copos; prestar assistência técnica nos elevadores em uso no edifício-sede; proceder à revisão e

conserto de aparelhos de fac-símiles; confeccionar e instalar sinalização das portas de vidro existentes no prédio-sede; confeccionar 2 mastros para suporte de bandeira para a sala de sessões; o fornecimento e instalação de portas de vidro; o fornecimento e instalação de materiais para o isolamento acústico da impressora lotada na Coordenadoria de Produção e Suporte; reformar a mesa de trabalho da Presidência; o fornecimento de suprimentos para a copiadora digital em uso no Setor de Reprografia; o fornecimento de combustíveis, lubrificantes e filtros de óleo e ar para os veículos do Tribunal; a colocação de película nos vidros de veículo do Tribunal; a manutenção preventiva do transformador marca Weg localizado no prédio-sede; a realização de revisão, com conserto, na calculadora Sharp em uso na Coordenadoria de Orçamento e Finanças; a prestação de serviços postais e telemáticos; o fornecimento de suprimentos de reprografia para os equipamentos marca Risograph, Minolta, Toshiba, Sharp, Mita e Konica; revisar 28 bebedouros em uso no Tribunal; executar a manutenção nas bombas hidráulicas e no sistema hidráulico do prédio-sede; o fornecimento de água mineral para os servidores do TRESA.

- Contratação de empresas especializadas para: proceder à manutenção dos jardins do Tribunal; realizar revisão e instalação de um equipamento de alarme no Cartório Eleitoral da 29ª Zona; confeccionar e instalar 80 pés de ferro galvanizado para as mesas usadas no depósito de urnas; realizar a manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio existentes no prédio-sede, nos Cartórios Eleitorais da Capital e no depósito de urnas.
- Contratação de engenheiros para: realizar projeto de sonorização da sala de sessões; elaborar projeto de detecção e alarme de incêndio para o prédio-sede; alterar o projeto preventivo contra incêndio da nova sede dos Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha.
- Contratação de manutenção preventiva e corretiva: de copiadora existente na 18ª Zona Eleitoral; de máquinas fotocopadoras; da cafeteira elétrica em uso no Setor de Copa; para o equipamento de reprografia marca Kônica; das portas corta-fogo do edifício-sede; da central de ar condicionado da sala de sessões e dos aparelhos de ar condicionado de propriedade do Tribunal; dos elevadores

do prédio onde funcionam os Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha.

- Contratação de serviços de: reparo de uma mesa da sala de sessões; limpeza e conservação para o depósito de urnas; instalação da rede de cabeamento estruturado na futura sede dos Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha; limpeza para os Cartórios Eleitorais da Capital; vigilância para o prédio-sede, Cartórios Eleitorais e para o depósito de urnas; telefonista com a Associação Catarinense para Integração do Cego; lavagem para os veículos deste Tribunal; telefonia fixa para o Cartório Eleitoral de Porto União; ascensoristas para o Tribunal; dedetização e desratização dos solos deste Tribunal e da sua área externa.
- Pedido de prorrogação de contratos: locação do Cartório Eleitoral da 101ª Zona; de prestação de serviços de telefonia; de limpeza e conservação do prédio-sede; de manutenção preventiva e corretiva do equipamento de reprografia marca Toshiba; de fornecimento de passagens aéreas nacionais; de serviços de vigilância; de prestação de serviços de copa.
- E, ainda, podem ser citados a: recuperação dos portões que dão acesso às garagens do prédio-sede; recuperação e pintura da antecâmara da subestação elétrica do prédio-sede; confecção de placas especiais para o veículo que serve à Presidência do Tribunal; solicitação de conserto de máquina de escrever em uso na Corregedoria; revisão geral em 2 máquinas de escrever; contratação e fiscalização dos serviços de impermeabilização da marquise da entrada principal do prédio-sede; solicitação de habilitação de uma linha privada permanente (LPP) na futura sede dos Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha; execução de reforma nas dependências do Protocolo e a aquisição de materiais necessários; solicitação de aditamento ao contrato de reforma da futura sede dos Cartórios Eleitorais da Capital/Ilha; renovação do seguro obrigatório de veículos; substituição de 19 molas das portas de esteira existentes no depósito de urnas; aquisição e codificação de 12 controles remotos para os portões do prédio-sede deste TRE; desinfecção dos reservatórios de água do prédio-sede; alteração do quadro de medição de energia elétrica do prédio-sede (padronização dos medidores); modernização dos elevadores em uso neste Tribunal; confecção de letreiro

de identificação da nova sede dos Cartórios da Capital/Ilha; emissão de relatório de despesas com ligações telefônicas particulares para ressarcimento ao Erário; emissão de 85 requisições de passagens aéreas.

5.3.2 Setores de Reprografia e de Encadernação, de Segurança e de Conservação, Limpeza e Jardinagem

Os Setores de Reprografia e de Encadernação, no atendimento aos diversos setores desta Casa e aos particulares que a freqüentam, realizaram os seguintes serviços:

- plastificação: 977;
- encadernação: 1.567;
- fotocópias: 394.369.

O Setor de Segurança, no cumprimento de suas atribuições, acompanhou e fiscalizou, em conjunto com o serviço de vigilância, e com o apoio do sistema de monitoramento, todos os acessos efetuados às dependências do prédio-sede, bem como a chegada e retirada de volumes, adotando, para tanto, todas as medidas de segurança necessárias.

O Setor de Conservação, Limpeza e Jardinagem acompanhou e fiscalizou a execução de serviços contratados por este Tribunal, tais como: limpeza e conservação, copa, ascensoristas e jardinagem.

5.3.3 Serviço de Segurança e Transportes, de Manutenção de Veículos, de Manutenção de Equipamentos e Móveis e de Expedição e Distribuição de Correspondência

O Serviço de Segurança e Transportes realizou cerca de 30 viagens pelo Interior do Estado a serviço das diversas Secretarias e Coordenadorias deste Tribunal, sendo que os veículos pertencentes à Casa percorreram, durante o ano, cerca de 63.247km, consumindo, aproximadamente, 7.561 litros de combustível.

O Serviço de Manutenção de Veículos elaborou pedidos de compra de pneus e de conserto de veículos, acompanhando a troca de pára-brisas, amortecedores, carter, filtro de óleo,

óleo de motor, tanque de combustíveis, bateria e os serviços de balanceamento, geometria, lataria, pintura e elétricos, entre outros.

O Serviço de Manutenção de Equipamentos e Móveis realizou, ao longo do período, a elaboração de pedidos para a CSG, a fiscalização e o acompanhamento de contratos na área de manutenção predial e os mais variados serviços nas áreas de eletricidade, telefonia, edificações, móveis, equipamentos e refrigeração, compreendendo consertos, reformas e revisões (831 registros), dos quais os principais enumeram-se a seguir:

- manutenção de instalações e equipamentos elétricos (manutenção periódica dos equipamentos elétricos do prédio-sede, com exceção dos equipamentos de informática; manutenção geral da rede elétrica, com troca de lâmpadas, reatores e *starters* e instalação e substituição de tomadas e disjuntores nos prédios pertencentes a esta Corte; implementação de medidas de racionalização de energia, com a alteração da rede elétrica de todo o edifício-sede, colocação de sensores, substituição de lâmpadas, acompanhamento através de relatórios, etc.; revisão dos bebedouros; instalação elétrica nos Cartórios Eleitorais da Capital, com a colocação de lâmpadas e instalação de tomadas; instalações de novos equipamentos nos prédios pertencentes ao TRESA; manutenção da rede elétrica do depósito das urnas eletrônicas e do almoxarifado;
- manutenção do sistema de prevenção de incêndio; acompanhamento da elaboração do projeto de detecção e alarme de incêndio para o prédio-sede; organização de todo o sistema de combate a incêndio, bem como manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio dos Cartórios da Capital e deste prédio;
- manutenção periódica (manutenção geral do prédio), com pequenos consertos de portas, troca de fechaduras, persianas, pisos, conserto e substituição de peças dos banheiros, como torneiras, válvulas, bóias e assentos de vasos sanitários; instalação do novo sistema de som do prédio-sede; dedetização, descupinização e desratização; conserto de móveis e cadeiras; conserto das persianas; montagem e desmontagem de divisórias; conserto da rede de drenagem dos aparelhos de ar condicionado e eventual substituição do encanamento

existente; limpeza dos filtros de ar-condicionado deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais da Capital; limpeza de ralos; aprimoramento do sistema de monitoramento de imagens da nova sede, com o acréscimo de novos equipamentos; transferência de divisória na Secretaria de Informática; desmontagem de todos os armários e divisórias da futura sede dos Cartórios Eleitorais da Capital; regulagem de portas de vidro do prédio-sede; conserto de calhas pluviais; instalação de torneiras auxiliares em banheiros; reparo e pintura em diversos setores e elaboração e implantação do Cronograma de Atividades de Manutenção Predial;

- manutenção de rede hidrossanitária, compreendendo o desentupimento da rede pluvial do ático; a limpeza e a recuperação dos pontos de escoamento da água condensada do sistema de drenagem de ar-condicionado do prédio-sede; limpeza das caixas d'água e cisternas desta Casa; recuperação da cisterna do subsolo II; conserto de vazamento no teto do 10º andar (CRE); conserto de vazamento na floreira da fachada principal deste prédio; impermeabilização de cisterna, conserto de vazamentos diversos e manutenção periódica dos sistemas hidráulicos do prédio;
- manutenção da rede telefônica, com o conserto de aparelhos e instalações de novos ramais e linhas;
- auxílio na elaboração do pedido para a aquisição de novos dispositivos para a central telefônica;
- manutenção do sistema tarifador da central telefônica;
- manutenção da rede de equipamentos telefônicos.

O Serviço de Expedição e Distribuição de Correspondência encaminhou, aproximadamente, 19.797 correspondência, sendo, aproximadamente, 4.290 pelo serviço Sedex e 15.507 simples ou com aviso de recebimento. Foram feitas, ainda, cerca de 800 entregas, em mão, de todo tipo de correspondência para as diversas Secretarias desta Casa.

5.4 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES

No plano geral, esta Coordenadoria cumpriu as atribuições que lhe competem e estão estabelecidas no art. 37 e seguintes do Regimento Interno da Secretaria.

Realizou, ainda, contatos institucionais com outros órgãos públicos, visando ao estreitamento das relações e à necessária colaboração entre essas entidades.

5.4.1 Seção de Projetos Especiais e Imprensa

Esta Seção prestou assessoria imediata à Presidência desta Casa no que se refere ao atendimento à Imprensa, agendando entrevistas, acompanhando o Senhor Presidente em visitas aos veículos de comunicação, elaborando e distribuindo o *clipping*, esclarecendo dúvidas e/ou fornecendo material para os profissionais da mídia.

Também foi desta Seção a idealização da Campanha de Entrega de Títulos realizada por este Tribunal, responsabilizando-se pela sua divulgação, que incluiu *releases*, entrevistas coletivas, editoração de cartazes, etc.

Colaboramos, a pedido, com o Tribunal Superior Eleitoral na elaboração do Projeto de Esclarecimento ao Eleitor – Eleições 2002, tendo sido aproveitadas todas as sugestões por nós indicadas.

Demos início à elaboração do *Boletim Informativo* do TRESA, aprovado pelo Tribunal, servindo, esse veículo, para divulgação e integração.

Organizamos e coordenamos as posses dos Excelentíssimos Senhores Presidente, Corregedor e de 1 Juiz – Categoria Juiz de Direito.

Todas as atividades inerentes ao cerimonial do Tribunal são de responsabilidade desta Seção, que trata da organização de eventos, expedição de convites, confirmação de presenças, protocolo, etc.

5.4.2 Seção de Controle Geral de Documentos

Foram numerados 4.000 ofícios expedidos, 329 portarias do Presidente, 436 do Diretor-Geral, 11 portarias do Vice-Presidente, 1 ordem de serviço e 66 ofícios-circulares, totalizando 4.843 documentos, que foram registrados em sistema próprio (SADP) e servem como fonte de pesquisa aos diversos setores da Secretaria do Tribunal.

No mesmo período foram recebidos e protocolizados 11.492 documentos, igualmente registrados em sistema próprio (SADP) e encaminhados aos destinatários.

5.4.3 Seção de Telecomunicações

Foram expedidos 578 fac-símiles e recebidos 271, totalizando 849 fac-símiles tratados no ambiente de trabalho.

5.4.4 Seção de Editoração e Trabalhos Gráficos

Foram criados vários formulários solicitados por diversos setores da Secretaria do Tribunal e realizadas inúmeras editorações em documentos deles emanados.

Destaca-se o trabalho desenvolvido por esta Seção no tratamento da RESENHA ELEITORAL – *Nova Série*.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Nelzyr da Silva Müller
Secretária de Administração

6 SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Consoante as disposições regimentais da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, compete à Secretaria de Recursos Humanos “planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades referentes à administração de pessoal”, com a participação das Coordenadorias – de Pessoal e de Desenvolvimento de Recursos Humanos – e da Diretoria de Serviço de Assistência Médico-Social.

Dentre as atividades realizadas pelo Gabinete da Secretaria evidenciam-se os estudos efetuados visando à realização de concurso público para provimento dos cargos vagos da Secretaria do Tribunal, bem como todas as demais atividades correlacionadas, incluídos os contatos com a entidade responsável pela organização e realização do concurso e a confecção – em parceria com a Assessoria da Presidência – da minuta do correspondente edital.

Destaca-se, ainda, no presente exercício, a criação do *Boletim Interno* da Secretaria, veículo de publicação de todos os atos e decisões administrativas, cuja edição semanal está a cargo deste Gabinete.

6.1 COORDENADORIA DE PESSOAL

À Coordenadoria de Pessoal coube a execução de tarefas voltadas à área de pessoal, coordenando a administração da vida funcional dos servidores do Tribunal, visando à observância dos direitos e deveres destes, bem como o gerenciamento da avaliação dos Sistemas de Recursos Humanos desenvolvidos pela empresa OSM (MentoRH) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (SGRH).

6.1.1 Seção de Cadastro

Dentre as atividades desenvolvidas na Seção destacam-se: emissão de ofícios relativos a servidores requisitados; confecção de portarias funcionais, certidões, declarações e ordens de serviço; confecção de portarias de dispensa e de designação de funções comissionadas; atualização de dados de servidores ativos; informação sobre a força de trabalho; confecção e fornecimento aos servidores de formulários relativos às férias, licenças e dias em haver; controle de frequência;

atuação e informações em averbações de tempo de serviço; controle e atualização de fichas funcionais; manutenção de planilhas eletrônicas para cálculos referentes a pessoal; controle de serviço extraordinário.

6.1.2 Seção de Legislação e Normas

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção citam-se: organização e atualização informatizada de legislação de pessoal; recadastramento de pensionistas e inativos; informações em processos diversos referentes à área de pessoal; cumprimento de diligências baixadas pelo Tribunal de Contas da União, revisão de processos de aposentadoria em virtude da legislação vigente e manutenção do índice temático da legislação de pessoal.

6.1.3 Seções de Pagamento e de Pagamento aos Cartórios Eleitorais

Dentre as atividades desenvolvidas pelas Seções salientam-se: manutenção dos sistemas de processamento de dados das respectivas folhas de pagamento; execução e conferência de cálculos; emissão de relatórios específicos; pagamento de remuneração a todos os servidores ativos, inativos e pensionistas; pagamento de gratificação aos Juízes, Promotores, Escrivães e Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais do Estado; instrução de procedimentos administrativos relativos aos servidores dos Cartórios Eleitorais; cálculo de atrasados; confecção de certidões, declarações e portarias de dispensa e designação de Juízes, Chefes de Cartório e Escrivães Eleitorais.

6.2 COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Durante o presente exercício, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos deu ênfase ao treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da Casa e requisitados. Para tanto, procedeu ao levantamento das necessidades de treinamento em todas as Unidades, buscando atender, sempre que possível, às solicitações encaminhadas.

Na definição da Política de Treinamentos para 2001, cumprindo meta de gestão definida pela Presidência e dando

continuidade a um trabalho já iniciado em 1999, investiu-se em treinamentos voltados para a área comportamental. Com o objetivo de sensibilizar os servidores dos Cartórios da Capital que lidam diretamente com o público externo, proporcionando conhecimentos sobre os princípios básicos da qualidade aplicada a serviços de atendimento ao público, foi realizado Curso de Atendimento ao Cliente, que contou com a participação de 12 servidores dos quatro Juízos Eleitorais da Capital. Nessa esteira, buscando desenvolver condições capazes de garantir a excelência organizacional por meio da mudança de comportamento dos participantes, foi também realizado curso de Desenvolvimento Interpessoal, com a participação de 30 servidores da Casa.

Mereceram igual atenção os treinamentos direcionados à área técnica, dada a importância de melhor capacitar os servidores para o desempenho de suas funções. Optou-se por priorizar, sempre que possível, os treinamentos internos, buscando direcionar para o maior número possível de servidores a verba disponível no ano.

Foram treinados, no período compreendido entre 1º de janeiro a 4 de dezembro de 2001, 147 servidores do Quadro e requisitados, alguns com mais de uma participação em treinamentos, tendo sido efetuadas 409 inscrições em eventos.

Estão previstos, para o período de 5 a 19 de dezembro, os seguintes eventos:

- Reunião do Grupo de Segurança (1 servidor);
- V Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Registro de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE (2 servidores);
- Curso de Encerramento Contábil do Exercício (1 servidor);
- Workshop Atendimento ao Cliente (257 participantes: 102 Chefes de Cartório e 155 Auxiliares Eleitorais).

Seguem, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria:

6.2.1 Cursos/Eventos Internos (organizados pela CDRH, realizados ou não nas dependências do TRESC, ministrados por instrutores internos ou por terceiros contratados, e destinados à habilitação, atualização ou aperfeiçoamento dos servidores):

- Linux Básico (16 servidores);
- Editoração na *Web* (básico) – 1ª turma (16 servidores);
- Editoração na *Web* (básico) – 2ª turma (14 servidores);
- Editoração na *Web* – avançado (13 servidores).
- Processo Disciplinar Prático (23 servidores);
- Perfil Jurídico do Pregão (26 servidores);
- Desenvolvimento Interpessoal – 1ª turma (14 servidores);
- Desenvolvimento Interpessoal – 2ª turma (16 servidores);
- *Vector Works* Básico (4 servidores);
- Qualidade no Atendimento ao Público (12 servidores);
- Responsabilidade Fiscal para Administradores Públicos (23 servidores);
- Treinamento *MicroStation GeoGraphics* (12 servidores);
- Apresentação em *Power Point* (16 servidores);

6.2.2 Cursos/Eventos Externos (organizados por pessoa física ou jurídica especialmente contratada para esse fim e destinados à habilitação, atualização e aperfeiçoamento dos servidores):

- II Encontro do Colégio de Corregedores de Tribunais Regionais Eleitorais (2 servidores);
- Gerenciamento de Projetos nas Dimensões de “Prazos, Recursos e Custos” com o Apoio do MS Project 2000 (1 servidor);
- Seminário *Oracle* (2 servidores);
- MediTech 2001 – Feira e Congresso Internacionais de Atualização Tecnológica da Medicina;

- XIX Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (4 servidores);
- Administração *Linux* 1 – avançado (1 servidor);
- Auditoria Interna na Administração Pública (1 servidor);
- Formação de Pregoeiros (2 servidores);
- Execução Orçamentária e Financeira do Serviço Público (2 servidores);
- 30º Congresso Mundial de T&D da Federação Mundial das Organizações de T&D (2 servidores);
- II Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação do Judiciário e do Ministério Público (2 servidores);
- Redução de Custos na Administração Predial (1 servidor);
- Congresso Nacional de Informática – CONINFO 2001 (2 servidores);
- Fundamentos *Jbuilder* (3 servidores);
- Fórum de Arquivos e Documentos Eletrônicos (2 servidores);
- XX Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (2 servidores);
- III Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário (1 servidor);
- *Jbuilder* – Aplicações de Banco de Dados (3 servidores);
- III Encontro do Colégio de Corregedores de Tribunais Regionais Eleitorais (2 servidores);
- Seminário Nacional de Juízes e Promotores (1 servidor);
- Gerência de Licitações e Contratos (1 servidor);
- Simpósio Básico de Licitações (3 servidores);
- XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (6 servidores);
- *JBuilder* Fundamentos (1 servidor);
- *Web Design Macromedia* (2 servidores);

- Avaliação de Sistema de Recursos Humanos (2 servidores);
- XXI Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (2 servidores);
- FCP *Master* (1 servidor);
- Feira Anual de Mobiliário para Escritório – 8ª *Office Solution* (2 servidores);
- Avaliação de Documentos na Administração Pública (1 servidor);
- Gestão Responsável na Terceirização (1 servidor);
- Fórum Nacional sobre o fenômeno LER/DORT (1 servidor);
- Curso BXS Técnico (1 servidor);
- XXII Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais (2 servidores);
- *MSWin Professional e Server* (3 servidores);
- Exposição Internacional de Objetos Distribuídos – VI Congresso (1 servidor);
- Tendências em *Application Servers* e *Web Servers* (1 servidor);
- Ganhe Competividade Utilizando Normas e Modelos de Processos *Software* ISSO e CMM (1 servidor);
- Gerenciamento de Projetos Orientados a Objetos (1 servidor);
- Suporte à Atualização do *Microsoft Windows* NT 4.0 – 1560/1645 (3 servidores).

6.2.3 Cursos/Eventos Promovidos pelo TSE

- Programação e Execução Financeira no Subsistema CPR (3 servidores);
- Treinamento do Sistema de Proposta Orçamentária 2002 (2 servidores);
- I Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Registro de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE (2 servidores);

- Reunião dos Secretários de Informática da Justiça Eleitoral (2 servidores);
- IV Seminário de Licitações e Contratos da Justiça Eleitoral (4 servidores);
- Reunião da Comissão de Gerenciamento do SADP (1 servidor);
- Reunião da Comissão de Programa do III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Reunião das Áreas de Orçamento e Finanças e Controle Interno da Justiça Eleitoral (3 servidores);
- Reunião com os Membros do Grupo de Redes de Computadores – GRC (1 servidor);
- III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral (20 servidores);
- II Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Registro de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE (2 servidores);
- Reunião com os Secretários de Orçamento e Finanças da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Reunião dos Secretários Judiciários da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Reunião de Orçamento 2002 e Sistemas Administrativos (2 servidores);
- Reunião do Grupo de Segurança (1 servidor);
- Reunião do Grupo de Estudo da Estrutura da Área de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Reunião com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (2 servidores);
- Curso de Indexação de Acórdãos e Resoluções (1 servidor);
- Treinamento no Sistema de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral (2 servidores);
- Reunião do Grupo de Estudo da Estrutura da Área de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor);

- III Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Registro de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE 2002 (2 servidores);
- Reunião do Grupo de Estudo da Estrutura da Área da Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Reunião dos Secretários Judiciários da Justiça Eleitoral (2 servidores);
- Reunião com a Secretaria de Informática do Tribunal Superior Eleitoral (1 servidor);
- Reunião de Coordenação do Controle Interno da Justiça Eleitoral (2 servidores);
- I Reunião do Grupo de Estudos de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral – GESPPC 2002 (1 servidor);
- Audiência para tratar da Campanha de Alistamento de Jovens Eleitores e questões relativas ao orçamento TRESA 2001 (1 servidor);
- Encontro das Secretarias de Informática da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Encontro das Secretarias de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Treinamento sobre Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC (3 servidores);
- Encontro de Diretores-Gerais e Assessores de Comunicação da Justiça Eleitoral (1 servidor);
- Encontro das Áreas de Administração e de Orçamento e Finanças da Justiça Eleitoral (2 servidores);
- IV Reunião do Grupo de Estudos dos Sistemas de Registro de Candidaturas e de Propaganda Eleitoral – GESCAPE 2002 (2 servidores).

6.2.4 Outros Eventos:

- Seminário Interno de Avaliação e Planejamento (96 servidores);

- Seminário de Avaliação e Planejamento – Eleições 2000/2002 (147 participantes: 102 Chefes de Cartório, 8 Escrivães, 1 Auxiliar Eleitoral e 36 servidores);
- Treinamento Título *on-line* (34 participantes: 17 Chefes de Cartório e 8 Auxiliares Eleitorais);
- Reunião com os Juízes das Zonas Eleitorais de Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Joinville, Lages e São José (16 participantes).

6.2.5 Programa de Estágio

Na atual gestão, a Resolução TRESA n. 7.038/97, que dispôs sobre o programa de estágio no âmbito deste Tribunal, teve alguns de seus dispositivos alterados pela Resolução TRESA n. 7.249/01. Dentre as alterações promovidas, destacam-se a ampliação do número-limite de estagiários em cada Zona Eleitoral e na Secretaria do Tribunal para até 20% (vinte por cento) do total de servidores ativos do Quadro Permanente da Secretaria e a redução da idade mínima do estagiário de 18 para 16 anos. Ainda, a duração do estágio foi fixada, para exercício na Secretaria do Tribunal, em até 24 meses, sendo que para os Cartórios Eleitorais o estágio terá a duração de 6 meses, prorrogáveis por igual período. Os convênios celebrados com as instituições de ensino sofreram alteração em seu prazo de vigência, passando de 1 ano, prorrogável, para 4 anos.

Por meio da Portaria P. n 105/2001 foi regulamentado o processo seletivo, definindo-se os procedimentos necessários à seleção dos estagiários, para a qual foi designada, pela Direção-Geral, uma banca examinadora formada por servidores da Casa.

Nesse período, foram contratados para a Secretaria do Tribunal 28 estagiários (oito a menos do que o permitido, devido à escassez de recursos orçamentários). Quatro deles estão lotados na Secretaria Judiciária, 10 Secretaria de Administração, 10 na Secretaria de Informática, 2 na Secretaria de Recursos Humanos e 2 na Coordenadoria de Controle Interno.

6.2.6 Acompanhamento e Avaliação Funcional

Durante a atual gestão, procedeu-se à avaliação dos servidores em estágio probatório e manteve-se atualizado o

Quadro de Provedimento e Vacância de Cargos. Foram efetuados contatos periódicos com o Tribunal Superior Eleitoral, visando à obtenção de informações acerca da promoção ordinária – prevista no art. 7º da Lei n. 9.421/96 e ainda aguardando regulamentação por aquele Órgão –devida aos servidores que já cumpriram o estágio probatório e ainda não se encontram em final de carreira.

Foram promovidos, com base na Resolução TSE n. 20.834, de 2 de agosto de 2001, 6 servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria, avaliados por seus superiores imediatos e pela Comissão de Estágio Probatório, os quais adquiriram estabilidade ao completarem 36 meses de efetivo exercício nesta Casa.

Considerando que a liminar deferida em 5 de agosto de 1994 nos autos da Ação Civil Pública n. 94.4572-7 – proposta pelo Ministério Público Federal contra a União Federal (Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina), na qual foi determinado o retorno dos servidores beneficiários dos atos impugnados a seus cargos de origem –, foi cumprida apenas quanto aos efeitos financeiros, sem a respectiva formalização por meio dos atos competentes, foram lavradas portarias tornando sem efeito, a partir de 5 de agosto de 1994, as ascensões funcionais dos servidores atingidos pela referida liminar, com o retorno formal aos cargos originalmente ocupados.

Ocorreu ainda, no período, vacância em um cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

6.2.7 Requisição de Servidores

Foram requisitados 8 servidores, 3 dos quais para prestar serviços na Secretaria deste Tribunal, 2 para o Cartório da 12ª Zona Eleitoral, 2 para o da 100ª Zona Eleitoral e 1 para o da 101ª Zona Eleitoral. Por outro lado, no mesmo período, foram devolvidos aos seus Órgãos de origem 4 servidores, em virtude do término do prazo de requisição.

6.2.8 Programa de Assistência à Saúde

Foram desenvolvidas atividades de rotina relacionadas ao Programa, tais como: conferência de faturas e notas fiscais de prestação de serviços da UNIMED e dos relatórios analíticos de faturamento; elaboração de planilhas mensais de despesas médicas UNIMED, particulares e odontológicas, com cotas de participação dos servidores e do Tribunal; inclusão e exclusão de usuários na UNIMED; controle do relatório analítico UNIMED de cobrança das taxas de inclusão e manutenção mensais; rateio do saldo orçamentário do Programa no ano de 2001, de acordo com a Portaria P n. 075/99.

Foi, ainda, efetuado o cadastramento e a elaboração das planilhas mensais para consignação em folha de pagamento das cotas-partes dos usuários do serviço de Assistência Médica de Urgência 24 horas, até o mês de setembro de 2001 (mês da rescisão do contrato).

Nesse período, também foi efetuado o levantamento de dados do Programa de Assistência à Saúde para a elaboração da Proposta Orçamentária do ano 2002. Além do desenvolvimento de outras atividades inerentes ao Programa, houve a participação no Grupo de Trabalho designado para estudar a sua reestruturação, visando à sua melhoria.

6.2.9 Auxílio-Alimentação

Procedeu-se à elaboração de planilhas mensais de pagamento aos servidores requisitados, bem como das planilhas de cálculos do reajuste do Auxílio-Alimentação dos servidores do Quadro, referentes aos meses de maio a agosto do corrente ano, de acordo com a Portaria TSE n. 179/2001. Efetuou-se, ainda, o levantamento de dados relativos à Proposta Orçamentária do ano 2002, para encaminhamento ao setor competente.

6.2.10 Auxílio-Transporte

Com relação ao Auxílio-Transporte, foi mantido atualizado o cadastro dos beneficiários do Programa; elaboradas as planilhas mensais de cálculo do benefício dos servidores do Quadro da Secretaria e dos requisitados, e desenvolvidas outras atividades inerentes ao controle do benefício. Foi, ainda,

efetuado o levantamento de dados referentes à Proposta Orçamentária do ano 2002.

6.2.11 Programa de Assistência Pré-Escolar

No tocante à Assistência Pré-Escolar, foi mantido atualizado o cadastro de beneficiários, fornecidas informações à Seção de Folha de Pagamento e levantados os dados referentes à Proposta Orçamentária do ano 2002.

6.3 DIRETORIA DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

As atividades desenvolvidas no ano de 2001 visaram a ações que promovessem a saúde plena, envolvendo o bem-estar biopsicossocial do corpo funcional deste Tribunal e de seus dependentes. As ações administrativas objetivaram um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros destinados para a assistência à saúde.

Foram prestados, ao longo de todo o ano, atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem, de caráter eletivo e emergencial. Os profissionais de saúde e os responsáveis pelos serviços administrativos desta Diretoria procuraram colocar seus conhecimentos técnicos à disposição daqueles que os procuraram, objetivando a rápida e segura resolução de seus problemas, num total de 4.130 procedimentos.

Juntamente com a Secretaria de Informática, a Direção-Geral e a Secretaria de Recursos Humanos, estudou-se a viabilidade da compra de um aplicativo de Recursos Humanos, na tentativa de solucionar o déficit de controles dos procedimentos avaliados e autorizados por esta Diretoria, os quais são realizados manualmente. Optou-se, no entanto, pelo aguardo da implantação do programa de Recursos Humanos desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, visando à uniformização e à integração com os outros Tribunais Regionais Eleitorais.

6.3.1 Atividades Administrativas

Elaborou-se a relação anual de materiais de consumo médico, odontológico e de enfermagem, bem como a aquisição

de material de consumo, para que o atendimento se fizesse da melhor forma possível.

Foram promovidas reuniões conjuntas dos servidores da Diretoria para a adequação e uniformização das normas vigentes, tendo esta Unidade participado dos grupos de trabalhos designados para estudar a reestruturação do Programa de Assistência à Saúde, visando à sua melhoria, e a regulamentação do acidente em serviço.

Desenvolveram-se auditorias nas contas médicas e odontológicas, consubstanciadas em relatórios mensais.

Providenciou-se, junto à Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, o alvará sanitário dos profissionais que atuam nesta Diretoria, bem como, junto à Delegacia Regional do Trabalho, a avaliação do grau de insalubridade das atividades desenvolvidas no setor. Ainda em observância às normas legais, por orientação da Delegacia Regional do Trabalho, solicitou-se a contratação de empresa especializada para monitorar o grau de radiação emitido pelo aparelho de raio-X do consultório odontológico.

Solicitou-se à Secretaria de Administração a renovação do contrato firmado para a prestação de serviço de atendimento médico referente à Área Protegida e aos Serviços de Pronto Atendimento para as situações de urgência e emergência que porventura venham a acometer os servidores ou outra pessoa que se encontre na sede do Tribunal, bem como a recontração de empresa especializada para o recolhimento do lixo contaminado da Diretoria, de forma a adequar o procedimento às normas da Secretaria Estadual de Saúde.

6.3.2 Atividades Técnicas

Foram realizados exames médicos periódicos nos servidores, dando-se especial atenção às queixas clínicas que porventura pudessem estar relacionadas com as lesões por esforço repetitivo, e, por ocasião dos referidos exames realizou-se atualização vacinal. Durante os múltiplos atendimentos prestados aos servidores e aos seus dependentes, nas diversas áreas disponibilizadas nesta Diretoria (médica, odontológica e de enfermagem), colocaram-se à disposição deles

conhecimentos especializados nas áreas de cardiologia,
neurologia, pediatria e endodontia (procedimentos básicos).

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Ana Lúcia Silva
Secretária de Recursos Humanos

7 SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Neste documento são apresentadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Informática durante o ano de 2001, com destaque para aquelas mais significativas e que envolveram parcela considerável dos recursos humanos da Secretaria. Além dessas, são descritas atividades diversas, desempenhadas pelas Coordenadorias de Produção e Suporte, de Eleições e pelas seções técnicas que a integram.

7.1 PROJETOS ESPECIAIS

7.1.1 Centrais de Atendimento aos Eleitores

As Centrais de Atendimento aos Eleitores, implantadas nos 6 maiores municípios do Estado, visam a facilitar o atendimento aos eleitores e otimizar o uso da infra-estrutura e dos recursos existentes nas Zonas Eleitorais. Estão em funcionamento as Centrais de Atendimento aos Eleitores nos municípios de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, São José e Criciúma. Em todas as atividades estiveram envolvidos os membros do grupo de trabalho formado para a criação das Centrais, sob a coordenação da Secretaria de Informática.

O planejamento para a implantação das Centrais envolveu a elaboração das diretrizes gerais de sua organização, a definição da estrutura a ser adotada e as normas de funcionamento. A partir daí, foi elaborado o planejamento detalhado visando à sua implantação, com destaque para: a) instalação da infra-estrutura computacional e de rede; b) instalação dos sistemas informatizados²; c) capacitação dos recursos humanos das Zonas Eleitorais envolvidas, executada em etapas, com treinamentos centralizados e acompanhamento dos técnicos na fase de implantação experimental; d) realização de reuniões com os Juízes Eleitorais a fim de debater as normas de funcionamento encaminhadas à aprovação da Corte.

No período de 26 a 28 de setembro 2001 foram realizadas reuniões e treinamentos, envolvendo os Juízes Eleitorais, Chefes de Cartórios e Auxiliares das 18 Zonas Eleitorais que integram as 6 Centrais instaladas.

² Foi utilizado o Sistema do Título On-Line, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Rio Grande do Sul. ¹

Cumprir destacar que a implantação das Centrais alcançou 30% do eleitorado catarinense e corresponde a aproximadamente 34% da movimentação no cadastro eleitoral (inscrições, transferências, segundas-vias do título eleitoral, etc.) e representa um significativo avanço no modelo de atendimento aos eleitores.

7.1.2 Revisão do Cadastro de Locais

Em consequência das alterações nos limites intermunicipais, promovidas pela Lei Estadual n. 11.340, de 8 de janeiro de 2000, que alcançou quase a metade dos municípios do Estado, foi necessária a verificação de que locais eventualmente estavam situados nas regiões que mudaram de município.

Para tanto, foram utilizadas as modernas tecnologias de sistemas de informações geográficas³ e de equipamentos GPS⁴. O uso dessas tecnologias permitiu a indicação dos locais de interesse para a organização de eleições em mapas digitalizados do Estado, além de incluir outras informações, tais como a divisão política (antiga e atual), mapas rodoviário e hidroviário, entre outras informações.

Foram cadastrados locais de votação (4.105); Cartórios Eleitorais (102); locais de apuração, armazenamento de urnas, centrais e postos de suporte (531); Prefeituras Municipais (293); Câmaras de Vereadores (293); Fóruns de Comarcas (95); órgãos da Polícia Militar (298); órgãos da Polícia Civil (379); Corpo de Bombeiros (49); postos das Polícias Rodoviárias Federal e Estadual (46) – totalizando 6.191 locais.

Concluindo, além de possibilitar a identificação dos 55 locais de votação que estão dentro dos limites territoriais de outro município, esse projeto possibilitará o desenvolvimento de outras aplicações, tais como: logística de distribuição de urnas eletrônicas, sistemas de suporte aos mesários, sistemas de divulgação das eleições e acompanhamento da apuração, etc.

³ "GIS - Geographical Information System"

⁴ "GPS - Global Positioning System"

7.1.3 Avaliação das Eleições/2000 e Planejamento das Eleições Gerais/2002

Como parte integrante das atividades de planejamento de eleições, iniciado em 1999, foram realizados diversos eventos de avaliação das Eleições Municipais de 2000, que permitiram a revisão das atividades e integrarão o planejamento das próximas Eleições Gerais de 2002.

Destacam-se o Seminário Interno de Avaliação e Planejamento das Eleições, realizado em 29 de junho 2001, que envolveu a maioria dos servidores do Tribunal, e o Seminário de Avaliação e Planejamento das Eleições 2000/2002, realizado em 17 de agosto de 2001, que reuniu os Chefes de Cartório.

Por último, foram organizados os grupos de trabalho – designados por Portaria da Presidência – com o objetivo de planejar as Eleições Gerais de 2002. Neste ano foram elaborados o cronograma completo de todas as atividades operacionais identificadas e a proposta orçamentária para as Eleições Gerais de 2002.

7.2 COORDENADORIA DE PRODUÇÃO E SUPORTE

A Coordenadoria de Produção e Suporte está subordinada diretamente à Secretaria de Informática e mantém sob sua responsabilidade o processamento do cadastro eleitoral e a administração dos equipamentos de informática.

O processamento do cadastro eleitoral inclui o gerenciamento de todas as atividades executadas nas Zonas Eleitorais até a conclusão do processamento das informações pelo Tribunal Superior Eleitoral. O controle dos lotes de requerimentos de alistamento eleitoral e de formulários de atualização da situação dos eleitores, o tratamento de erros, a orientação às Zonas Eleitorais, a impressão/expedição de títulos, a manutenção das tabelas do sistema, a implantação de serviços de atendimento aos eleitores, etc. estão diretamente ligados ao Setor de Cadastro Eleitoral.

É responsável, também, através do Setor de Controle Patrimonial, por todas as atividades pertinentes à administração das urnas eletrônicas, tais como: acompanhamento de movimentação, manutenção, armazenamento, suporte e

treinamento do pessoal das Zonas Eleitorais no manuseio e utilização dessas urnas.

Cumulativamente, planeja, coordena, orienta, controla e supervisiona, juntamente com os órgãos subordinados, todas as atividades de logística da urna eletrônica (transporte, segurança, adequações de instalações, contato com as empresas contratadas, treinamento de recursos humanos, etc.).

7.2.1 Manutenção e Teste das Urnas Eletrônicas

Por orientação do TSE (Resolução TSE n. 20.771, de 20 de fevereiro de 2001), foram realizadas as revisões em todas as urnas eletrônicas, seus componentes e embalagens, além da carga das baterias internas de todos os 14.342 equipamentos. As atividades foram realizadas em dois períodos, de abril a julho e de outubro a dezembro, utilizando-se servidores de várias áreas do Tribunal, pessoal contratado e técnicos da empresa Procomp, sob a gerência da Coordenadoria de Produção e Suporte. Considerando as duas etapas, foi realizada a manutenção, assim como testes – utilizando o sistema *run-in*, desenvolvido pelo TSE – em 28.684 urnas eletrônicas.

Em razão de falhas nas urnas eletrônicas modelo 2000, foi executada a retirada de 3.400 monitores de vídeo da urna eletrônica (LCD) e remetidos à Procomp para manutenção. Referidos componentes serão recolocados a partir de março do próximo ano.

Por fim, foram movimentadas 760 urnas para atendimento a eleições da comunidade e treinamento de eleitores.

7.2.2 Filiação Partidária

Em cumprimento à legislação eleitoral, foram processadas as listagem de filiações entregues no mês de abril. A exemplo de anos anteriores, foram produzidas bases de dados bem como relatórios das inconsistências verificadas (e.g. duplicidade de filiações, etc.), e encaminhados às Zonas Eleitorais e aos partidos políticos (estes receberam em CD-ROM). Idêntico procedimento está sendo adotado para as relações de filiados, entregues às Zonas Eleitorais em outubro.

Por fim, pela Seção de Banco de Dados foi desenvolvido um sistema de estatística de filiação e produção de listagem de filiados, constantes no cadastro eleitoral, disponível na Intranet/Internet, o que facilita os trabalhos dos Cartórios Eleitorais.

7.2.3 Depuração do Cadastro Eleitoral

Conforme determina a legislação eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral procedeu ao cancelamento da inscrição dos eleitores que não votaram nem apresentaram justificativa por três eleições consecutivas, alcançando 33.456 eleitores. A nominata dos eleitores foi amplamente divulgada, tendo sido remetida listagem de eleitores às Zonas Eleitorais e publicadas na página do TRESA na Intranet/Internet.

Encerrados os prazos para corrigir eventuais erros na listagem, foram efetivamente excluídos do cadastro 32.196 eleitores, distribuídos em 100 Zonas Eleitorais de 247 municípios.

7.2.4 Cadastro Eleitoral

Até 19 de novembro, foram encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral para processamento 159.545 requerimentos de alistamento eleitoral (RAE), distribuídos em 5.297 lotes, e 148.663 formulários de atualização da situação do eleitor (FASE), em 4.407 lotes. Até essa data, verificou-se 2,32% e 3,72% de erros diversos nos formulários RAE e FASE, respectivamente.

No tratamento do arquivo de erros foi adotada uma sistemática preventiva instruindo as Zonas Eleitorais quanto ao correto procedimento das atividades do cadastro eleitoral. Tal ação foi decisiva no resultado obtido. Os erros foram sensivelmente menores, pois a conscientização do uso de códigos e formulários foi atingida. Destaca-se, ainda, que o uso do Sistema Título *On-Line* contribuiu para uma drástica redução de erros, uma vez que o sistema permite a verificação instantânea da situação do eleitor no cadastro.

Também neste ano, os títulos eleitorais (e demais relatórios de administração do cadastro eleitoral) passaram a ser impressos inteiramente sob a responsabilidade da

Coordenadoria de Produção e Suporte, tendo sido impressos aproximadamente 130 mil títulos eleitorais e 62 mil etiquetas.

Por derradeiro, foi implantado um sistema de informações do cadastro eleitoral, acessível por meio da Intranet, o qual contém informações, instruções e procedimentos a serem adotados pelas Zonas Eleitorais no atendimento aos eleitores. Contém, ainda, estatísticas gerais do cadastro eleitoral, tais como: número de lotes transmitidos, filiações partidárias, locais de votação, banco de erros, etc.

7.2.5 Seção de Controle de Patrimônio de Informática

Foi implantando novo sistema de acompanhamento dos bens patrimoniais – desenvolvido pela Seção de Banco de Dados –, acessível pela Intranet, que permite às Zonas Eleitorais e aos demais setores do Tribunal promover a conferência dos que estão sob sua responsabilidade (o sistema permite verificar todos os bens que recebem número patrimonial).

Por outro lado, este setor auxilia continuamente a Seção de Suporte aos Usuários, com a qual se desenvolveu o projeto conjunto de catalogação dos perfis de equipamentos do Tribunal, a padronização das suas configurações e a documentação desses procedimentos. O projeto também inclui a produção de imagem da configuração-tipo para cada perfil de equipamento, o que reduziu o tempo para a configuração completa de um microcomputador de 16 horas para 2 horas, em média.

Em conjunto com a Seção de Redes, foi feita a revisão completa dos pontos de rede e nova redistribuição do acesso, visando a otimizar o uso dos pontos de acesso nos diversos andares do prédio-sede. Também em conjunto com essa Seção, foram produzidos projeto-básico e análise das propostas na licitação da rede local dos Cartórios da Capital.

Esse setor atendeu 268 chamados dos usuários do Tribunal e 162 das Zonas Eleitorais, relativos a ocorrências nos equipamentos de informática. Também promoveu a remessa de 196 equipamentos às Zonas Eleitorais e o envio de 44 para conserto, sob garantia, e 5 para consertos externos.

Além das atividades acima, esteve diretamente envolvido na análise, pesquisa e avaliação de propostas técnicas, sendo responsável pelo recebimento dos novos equipamentos. Por

fim, promoveu o levantamento dos equipamentos obsoletos e em desuso, que foram encaminhados à comissão designada para providenciar o seu descarte.

7.3 COORDENADORIA DE ELEIÇÕES

Destaca-se a participação da Coordenadoria de Eleições nas atividades de planejamento e preparatórias à organização das Eleições Gerais de 2002, a seguir enumeradas.

7.3.1 Avaliação dos Sistemas Eleitorais

A partir de julho, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou a liberação dos protótipos dos sistemas informatizados que serão utilizados nas Eleições Gerais de 2002. Com isso, foram iniciados os testes e a avaliação dos sistemas, gerando-se relatórios e comentários que estão sendo encaminhadas àquela Corte, em relação aos seguintes sistemas:

- Registro de Candidaturas e Estatística de Candidaturas – CAND (julho, agosto e outubro/2001);
- Totalização (Preparação e Gerenciamento) – TOT (outubro/2001).

7.3.2 Revisão dos Locais de Votação

Além da coordenação das 20 pessoas que fizeram o trabalho de campo para a identificação das coordenadas geográficas dos locais, para posterior inclusão nos mapas digitalizados, a Coordenadoria de Eleições executou diversas atividades relacionadas ao projeto, a seguir enumeradas:

- desenho (usando *CorelDRAW*) do mapa do Estado de Santa Catarina com a atualização da divisão municipal – 2000 (293 municípios);
- sobre o desenho, criação do mapa temático “Estado de Santa Catarina/Divisão Zonas Eleitorais”, abrangendo as 102 Zonas Eleitorais do Estado; também os mapas “Estado de Santa Catarina/Roteiros de Viagens” e “Estado de Santa Catarina/Gerências Regionais para 2002”;

- criação de mapas temáticos para ilustração das propostas da Coordenadoria de Eleições nos processos de criação de Zonas Eleitorais (Processos de n. 132 a 138, 140, 142 e 146/2001, desta Corte);
- editoração do mapa Santa Catarina/Zonas Eleitorais e da tabela de distâncias intermunicipais;
- realização da limpeza topológica dos mapas, com divisão municipal, digitalizados e georreferenciados de SC/2000 para inserção das coordenadas dos locais de votação e apuração, centrais e postos de suporte, entre outros referidos acima;
- integração dos mapas das divisões municipais SC/2000 com o mapa SC/1997, aproveitando as informações deste último relativas aos sistemas rodoviário, ferroviário e hidrográfico.

7.3.3 Apoio às Zonas Eleitorais no Projeto “Ônibus da Cidadania”

Coordenação das atividades realizadas pelos Cartórios Eleitorais no projeto “Ônibus da Cidadania”, realizado nas cidades de Araquari, Concórdia, Tubarão, Joinville, Forquilha, Lages e Blumenau.

7.3.4 Atividades Administrativas

No curso do ano, foram executadas as atividades de competência desta Coordenadoria, listadas a seguir:

- fornecimento de estatísticas de eleições e do cadastro de eleitores: 147 pedidos (108 por ofício e 39 por *e-mail*);
- informações em processos judiciais: 64 despachos (33 em processos administrativos, 21 em processos judiciais e 10 em outros);
- fornecimento de certidões diversas: 162 certidões (122 de quitação eleitoral ou em processos, 38 certidões para candidatos e 2 outras certidões);
- consultas ao cadastro de eleitores: foram realizadas 13.370 consultas ao cadastro, tendo sido localizados 12.033 eleitores (sendo 435 de outros Estados), enquanto 1.337 não foram localizados.

7.3.5 Eleições Não-Oficiais

Em cumprimento às estratégias desta Corte de incentivar o uso da urna eletrônica como forma de divulgação do voto informatizado e de treinamento do eleitor, foram realizadas 19 eleições não-oficiais, alcançando 111.817 eleitores aptos a votar nesses eventos e utilizando 183 urnas eletrônicas.

Em razão da relevância e representatividade, destaca-se a realização de eleições para os seguintes órgãos:

- Cooperativa de Eletrificação de Braço do Norte – Cerbranorte, envolvendo 8.207 eleitores e 12 urnas eletrônicas;
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS, envolvendo 4.476 eleitores em 15 seções;
- Fundação Educacional de Criciúma (Reitor/Presidente) – envolvendo 6.997 eleitores em 30 seções informatizadas;
- Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul – 107 candidatos concorrendo, com 2.644 eleitores inscritos, organizados em 13 seções eleitorais informatizadas;
- Partido dos Trabalhadores – eleição nacional, coordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral, realizada em 8 municípios do Estado, envolvendo 9.201 filiados ao Partido, organizados em 17 seções eleitorais informatizadas;
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – envolvendo 16.559 eleitores, em 26 municípios, sendo utilizadas 31 urnas eletrônicas.

Por último, atendendo à solicitação da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, foi realizada consulta plebiscitária naquele município, em 15 de dezembro, alcançando mais de 50 mil eleitores, distribuídos em 16 locais de votação e 51 seções eleitorais informatizadas.

7.3.6 Histórico de Eleições

Após lançados os resultados das eleições realizadas na década de 1990, disponíveis em meio magnético, está em andamento a conferência dessas informações e também a digitação dos resultados das eleições pretéritas, cujos

resultados somente estão disponíveis por meio de relatórios impressos.

A propósito, registra-se que se está verificando uma quantidade significativa de dados inconsistentes, que necessitam de cuidadosa pesquisa para assegurar a correção das informações publicadas.

Após a digitação e a rigorosa conferência destes dados, são gerados relatórios estatísticos e de resultados, para publicação na página da Internet do TRESA. Apesar da publicação ser recente (iniciada em setembro), as estatísticas de eleições são as que têm gerado o terceiro maior número de consultas na página do TRESA.

7.3.7 Proposta Orçamentária

Tendo em vista a elaboração da proposta orçamentária, esta Coordenadoria, em conjunto com o Almoxarifado, promoveu o levantamento das necessidades de materiais de expediente, formulários e outros materiais usados nas eleições (totalizando 91 itens), além da verificação da disponibilidade em estoque, para produzir a proposta orçamentária dos materiais complementares.

7.4 SEÇÕES TÉCNICAS DE INFORMÁTICA

7.4.1 Seção de Rede e Comunicação de Dados

Esta Seção promoveu a completa reformulação dos serviços informatizados de rede e da gerência de rede, em razão da aquisição dos novos equipamentos servidores, recebidos em agosto, envolvendo as seguintes atividades:

- Joaquina: servidor de banco de dados *Oracle* corporativo;
- Arvoredo: servidor de intranet, *proxy* (acesso à Internet) e *e-mail* corporativo;
- *Mirror*: auxílio no desenvolvimento do *site* Internet do TRESA;
- Itapema: substituto do atual servidor de arquivos corporativo (*drive F:*);

- *Packet shaper*: permite dar prioridade de tráfego às atividades relacionadas ao cadastro eleitoral;
- Geração e acompanhamento constante dos índices de utilização e qualidade dos diversos serviços de rede do Tribunal.

Foram adotadas diversas medidas preventivas de combate a vírus de computador, com destaque para:

- implantação de política automatizada de atualização de *software* antivírus em todos os computadores e ativação de antivírus no servidor de arquivos corporativos do Tribunal (drive F);
- inclusão de sistema de filtragem de anexos de *e-mail* com potencial de transmissão de vírus, reduzindo drasticamente a possibilidade de infecção no âmbito do Tribunal.

Quanto à gerência do parque de equipamentos servidores, foi realizada a configuração dos seguintes equipamentos:

- Joaquina: servidor de banco de dados *Oracle* corporativo;
- Arvoredo: servidor de intranet, *proxy* (acesso à Internet) e *e-mail* corporativo;
- *Mirror*: auxílio no desenvolvimento do site Internet do Tribunal;
- Itapema: substituto do atual servidor de arquivos corporativo (em implantação);
- *Packet shaper*: permite dar prioridade de tráfego às atividades relacionadas ao cadastro eleitoral.

Foram implementadas rotinas para dar suporte às políticas de acesso à Internet, tais como:

- criação e implementação de políticas de acesso à Internet visando coibir o uso excessivo e não-relacionado às finalidades do Tribunal, juntamente com a realização de reuniões internas;

- criação e ativação de nova política de cópias de segurança em fitas ópticas nos servidores Jurerê, Joaquina e Itapema;
- participação ativa e constante nas atividades de armazenamento e segurança do novo sistema de digitalização de acórdãos e resoluções.

Por fim, a administração e a gerência dos serviços de rede envolveram outras atividades administrativas, tais como:

- administração, operação e segurança dos 16 equipamentos servidores de rede, 11 *switches*, 2 *modems* de alta velocidade e demais equipamentos que compõem a infra-estrutura de rede do Tribunal;
- participação (em conjunto com os setores de *Hardware* e Desenvolvimento) no levantamento que permitiu retirar os conectores *hubs* da rede da sede do Tribunal, melhorando a qualidade e velocidade de acesso dos 192 micros que acessam o servidor de arquivos;
- atualização da versão do equipamento sc2, responsável pelo armazenamento do cadastro eleitoral.

7.4.2 Seção de Administração de Banco de Dados

A Seção de Administração de Banco de Dados contribuiu com o desenvolvimento e/ou implantação de sistemas, principalmente aqueles com uso intensivo dos bancos e dados corporativos (cadastro eleitoral, controle de processos, jurisprudência, etc.). Nessa área, foram implantados ou avaliados os seguintes sistemas:

- implantação do Sistema de Estatísticas do Cadastro Eleitoral (Datamart), assim como editoração e publicação dessas informações na Internet/Intranet;
- instalação e criação das estruturas necessárias ao funcionamento, no banco de dados *Oracle*, do Sistema Integrado de Acompanhamento de Contratos – SIAC;
- instalação do Sistema de Controle de Partidos do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, assim como do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para avaliação da Secretaria Judiciária;

- instalação do Sistema de Atendimento Bibliotecário, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, com a migração dos dados já existentes na aplicação anteriormente utilizada pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação;
- execução de ajustes no Sistema de Acompanhamento Bibliotecário para utilização neste Tribunal, assim como desenvolvimento de aplicativo de consulta ao acervo disponível via *web* (Intranet);
- editoração de páginas, bem como produção de aplicativos para publicação na *web* (Intranet/Internet), tais como: consulta aos bens patrimoniais, consulta aos lotes das Zonas Eleitorais e consulta ao acervo da Biblioteca;
- avaliação de diversos sistemas de informação geográfica para utilização na verificação de alterações nos limites municipais, concluindo pela aquisição do ESRI *ArcInfo/ArcView*.

Ainda em razão da aquisição dos novos equipamentos servidores, foram promovidas diversas operações para a transferência dos bancos de dados para os novos equipamentos:

- configuração e instalação do novo servidor de banco de dados corporativos (Joaquina), baseado no Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados *Oracle 8i* e no sistema operacional *Linux*;
- execução de ajustes necessários ao funcionamento das aplicações na nova plataforma e migração dos dados dos seguintes sistemas: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, Sistema de Jurisprudência – SJUR, Título *On-line*, Histórico de Eleições, Sistema de Patrimônio e Almoxarifado, Sistema de Recursos Humanos – SRH, Sistema de Informações Corporativas – Incorp, Sistema de Atendimento Bibliotecário – SAB, Sistema de Arrecadação de Multas Eleitorais – SCAME, Sistema de Proposta Orçamentária;
- configuração e instalação do novo servidor de aplicações e banco de dados para *web* (WTRE), com migração dos dados

e aplicativos, tais como Estatísticas do Cadastro Eleitoral e Sistema de Informações Corporativas – Incorp.

Por fim, foram executadas outras atividades administrativas, com destaque para as seguintes:

- produção da nominata das filiações partidárias distribuídas em CD-ROM aos partidos políticos;
- atividades de consulta ao cadastro eleitoral e produção de relatórios diversos; e.g. listagem de eleitores para correições, eleições na comunidade; estatísticas de transferências e alistamentos, por município; listagens de filiados, estatísticas de ocupação de Seções/locais de votação; listas diversas com informações referentes ao cadastro eleitoral;
- definição da nova política de proteção e recuperação dos dados (gerência de *backup*) dos novos servidores, assim como criação dos programas para operacionalização dessas rotinas;
- atividades diárias referentes à administração do banco de dados, tais como gerenciamento das bases existentes, monitoramento da utilização e performance do banco e rotinas para recuperação dos dados na ocorrência de eventuais falhas.

7.4.3 Seção de Intranet/Internet

Nesta Seção, foram desenvolvidos e implantados diversos novos serviços para a Intranet/Internet, assim como novas políticas de gerenciamento do conteúdo publicado, com destaque para o seguinte:

- lançamento dos novos sites do TRESA na Intranet e na Internet;
- projeto de digitalização de acórdãos e resoluções (inteiro teor) com pesquisa pelo número da decisão e políticas de *backup* das imagens desses documentos;
- implementação da nova política de produção de publicação de conteúdo no ambiente *web*, que incluiu o treinamento de 32 servidores de todas as áreas; com isso, a produção de

conteúdo passou a ser realizada pelas diversas áreas do Tribunal;

- desenvolvimento e implantação do sistema Publicador, para distribuição de documentos, formulários e outros tipos de arquivos em ambiente *web*;
- automação da interface entre o sistema Incorp e os serviços disponíveis na Internet.

Além dessas, atuou em outras atividades administrativas, com destaque para o seguinte:

- apoio à Coordenadoria de Produção e Suporte referente à realização de testes diversos com a urna eletrônica;
- gravação de CD-ROMs para os mais diversos setores deste Tribunal;
- editoração do relatório de gestão do ano de 2000;
- editoração de documentos – cartaz, *folder*, *banner* e certificado – para o evento ICP-JUD, promovido pelo Grupo de Integração Tecnológica do Poder Judiciário de Santa Catarina – TECNOJUSC.

7.4.4 Seção de Suporte

Além de atender a aproximadamente 1.500 chamados de usuários, originários do Tribunal e Cartórios Eleitorais, ao longo deste ano, esta Seção atuou em diversas outras atividades, com destaque para o seguinte:

- desenvolvimento e implantação da página Suporte em Informática, com dicas de informática e abertura de chamados via Intranet;
- apoio e suporte à implantação de Centrais de Atendimento aos Eleitores;
- atendimento e suporte aos novos sistemas: Prestação de Contas – SPCE; Arrecadação de Multas Eleitorais – SCAME; Previsão Orçamentária – SPO; Gerenciador de Recursos Humanos – SGRH; e Título Online;

- envio eletrônico de arquivos para publicação pela Imprensa Nacional;
- preparação da sala de treinamento para os cursos ministrados no Tribunal;
- editoração de documentos nos editores *Word*, *Corel Draw*, *Pagemaker*, *Publisher* e *Power Point*, como: Relatório de Avaliação das Eleições 2000; Manual de Urna Eletrônica; apostilas para o treinamento do Sistema Título *On-Line*; apresentações do Seminário Interno Sobre Avaliação das Eleições; recuperação e editoração de arquivos e fotos para a Presidência; recuperação e editoração de textos de um livro de jurisprudência;
- suporte na implantação da atualização do *Norton Antivirus* automático;
- montagem e testes de laboratório do Windows 2000;
- projeto e desenvolvimento de banco de dados com informações sobre os equipamentos e *softwares* instalados na Justiça Eleitoral;
- configuração e instalação de 56 novos microcomputadores.

7.4.5 Seção de Desenvolvimento

A seguir são apresentados os sistemas elaborados ou mantidos por esta Seção, organizados segundo o estágio atual de adiantamento.

Sistemas em desenvolvimento:

- desenvolvimento de sistema para automatizar a verificação e consolidação das informações de cobranças médicas da Unimed/AMB (CDRH);
- base de dados fundamentada geoprocessamento: elaboração de base de dados geográfica, recepção de dados dos locais de votação;
- criação de base de dados combinada de antecedentes criminais e condenações (inclusive participação em grupo técnico do TECNOJUSC para integração dessa base com outros órgãos do Judiciário);

- desenvolvimento do Gerenciador de Informações Partidárias – SGIP (CRIP), inclusive módulo disponibilizado aos partidos políticos.

Sistemas em implantação ou em teste:

- Devedores de Multas Eleitorais (CRIP) – versão de avaliação instalada na CRIP e módulo de consulta Intranet a implementar.

Sistemas em produção ou em manutenção adaptativa/expansiva:

- Sistema Histórico de Eleições – Histelei: desenvolvida nova versão multiplataforma (ambiente Java) e em produção (aguardando disponibilidade de banco de dados pelo TSE para implantação na Internet);
- agregador de Seções Eleitorais: nova versão, apresentada no III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, obtendo o primeiro lugar entre os 29 trabalhos expostos no evento, que será utilizada para a agregação de Seções Eleitorais de todo o Brasil;
- Sistema de Convocação de Auxiliares da Justiça Eleitoral – Convoc: desenvolvimento da versão para as Eleições Gerais de 2002;
- Sistema de Antecedentes Criminais: desenvolvimento de módulo de acesso para as Zonas Eleitorais;
- CadWeb – ambiente de consulta ao cadastro pela Intranet: em fase de testes, aguarda disponibilização de acesso ao banco nacional (consulta BR) pelo TSE.

Suporte ou manutenção adaptativa em sistemas desenvolvidos por outros Tribunais:

- Sistema do Título *On-Line*: suporte ao sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, utilizado nas Centrais de Atendimento aos Eleitores em 6 municípios e 18 Zonas Eleitorais do Estado;
- Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em implantação na Coordenadoria de Pessoal;

- Sistema de Gerenciamento – SIGAUE e Administração das Urnas Eletrônicas: integração às bases de dados locais de outros sistemas de administração patrimonial;
- Implantação de sistema de controle de patrimônio de urnas, usando computadores de mão (*palm tops*), desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sistemas criados neste ano e em produção:

- consulta ao Cadastro – Descartador de Títulos Arquivados nos Cartórios Eleitorais (utilizado na preparação para a Semana Estadual de Entrega de Títulos, realizada no período de 9 a 15 de novembro);
- consulta a documentos arquivados (Seção de Protocolo, Coordenadoria de Pessoal), inclusive com migração dos dados do antigo aplicativo (*Microsis*);
- implantação de sistema de consulta a documentos arquivados (Assessoria da Direção-Geral) para duas bases de dados distintas (usando *Lotus Notes*).

Suporte a Sistemas em Produção – Desenvolvimento anterior a 2001:

- cadastro de treinamentos (CDRH);
- macros para automatização no preenchimentos de processos (COF);
- sistema de *HelpDesk/Falcon* (Suporte);
- controle dos processos de pagamento (COF);
- base de dados de pesquisas (CJD);
- sistema de controle de lotes de requerimentos de alistamentos eleitorais e formulários de atualização da situação do eleitor – AltGuia (CPS);
- sistema de informações corporativas – Incorp.

Por fim, esta Seção atuou em outras atividades administrativas, tais como:

- reformulação do quadro de informática da Justiça Eleitoral (elaboração de base de dados de informações da força de trabalho e da distribuição das funções comissionadas dos Tribunais Regionais Eleitorais);
- Planejamento Estratégico Eleições 2002: coordenação do Grupo Temático de Sistemas Informatizados;
- Avaliação de Protótipos: sistemas de eleições desenvolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

7.5 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DIVERSAS

7.5.1 Participação no III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral

A Secretaria de Informática teve atuação destacada no III Seminário de Informática da Justiça Eleitoral, realizado em Bento Gonçalves (RS), no período de 20 a 22 de junho de 2001.

Foram submetidos e aprovados 5 trabalhos, tendo recebido premiação em dois, destacados com a 1ª (Sistema Agregador de Seções Eleitorais, desenvolvido pelo servidor Renato de Ávila Pacheco, da Seção de Desenvolvimento de Sistemas) e 3ª (Uma estratégia de gerenciamento de ambientes *Windows NT* baseado em *script*, desenvolvido pelo servidor Marcelo Macedo Lopes, da Seção de Redes de Comunicação de Dados).

7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar pela análise do relatório, este ano foi pródigo em realizações, em especial pela conclusão de projetos de grande alcance social, que contribuem para o aperfeiçoamento do modelo de gestão da Justiça Eleitoral e de organização de eleições. Nessa esteira, destaca-se (a) a implantação das Centrais de Atendimento aos Eleitores e (b) a criação do sistema de informações geográficas dos locais de interesse da Justiça Eleitoral.

Por fim, cabe destacar, a guisa de conclusão, que foram realizadas por esta Secretaria de Informática todas as metas estabelecidas pela Presidência deste Tribunal, a seguir listadas.

Ainda, esta Secretaria desenvolveu e implantou o sistema de Digitalização de Acórdãos e Resoluções, que possibilitou à Secretaria Judiciária realizar a digitalização de grande parte do acervo de documentos, meta também estabelecida pela Presidência.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2002.

Carlos Rogério Camargo
Secretário de Informática

